

Cadernos do IPRI

**O Sudeste Asiático
no Pós-Camboja:
Inserção do Vietnã**

Amaury B. Porto de Oliveira

Resenhas

*Departamento de Ciência
Política e Relações
Internacionais da
Universidade de Brasília*

**Caderno do IPRI
nº 09**

Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI
Organização dos Estados Americanos

Brasília, novembro/1994

**O Sudeste Asiático
no Pós-Camboja:
Inserção do Vietnã**
Amaury B. Porto de Oliveira

Resenhas
*Departamento de Ciência
Política e Relações
Internacionais da
Universidade de Brasília*

**Caderno do IPRI
nº 09**

Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI
Organização dos Estados Americanos

Brasília, novembro/1994

Notas:

- 1) As opiniões contidas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não coincidindo necessariamente com as posições do Ministério das Relações Exteriores.
- 2) As resenhas dos livros sobre temas de relações internacionais apresentadas neste volume foram preparadas por alunos e professores do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

SUMÁRIO

O Sudeste Asiático no Pós-Camboja: Inserção do Vietnã
Amaury B. Porto de Oliveira

Resenhas

Elaboração coordenada pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília

1. **“Evening Chats in Beijing”**. Perry Link
Antonio Jorge Ramalho da Rocha

2. **“Sino-Soviet Normalization and its International Implications”**. Lowell Dittmer...
Márcia Stefanova Apostolova

3. **“Lessons of Struggle: African Internal Opposition”**. Anthony Marx
Aninho Mucumdramo Irachande

4. **“US-Japan Alliance Diplomacy 1945-1990”**. Roger Buckley
Márcia Lissa Aida

5. **“Building Sino-American Relations: An Analysis for the 1990s”**. Willian Tow
Maurício Fernando Dias Fávero

O SUDESTE ASIÁTICO NO PÓS-CAMBOJA: INSERÇÃO DO VIETNÃ

Amaury Porto de Oliveira

Por “pós-Camboja” deve entender-se o período aberto na história das relações internacionais no Sudeste Asiático pela solução da Questão do Camboja. Arrastava-se essa questão há mais de onze anos, até que a 23 de outubro de 1991, em Paris, uma Conferência Internacional sobre o Camboja, reunindo dezenove países direta ou indiretamente envolvidos com a pendência, adotou o Acordo para a Resolução Política Abrangente do Conflito Cambojano. Quatro meses mais tarde (28/02/92), o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por 15 votos a 0 a operação onusiana encarregada de implementar a paz no Camboja, nos termos do Acordo de Paris.

Na sua definição estritamente diplomática, a Questão do Camboja nascera da violação, pelo Vietnã, de regras cardeais do sistema de relações entre Estados, criado em torno da ONU na esteira da Segunda Guerra Mundial. Nos últimos dias de dezembro de 1978, o Vietnã invadiu o vizinho Camboja para depor o regime no poder, em Phnom Penh, desde abril de 1975. Esse regime se desagregou sob o impacto dos destacamentos vietnamitas, com os quais vinha marchando um grupo de oficiais e praças da Quarta Divisão da Zona Oriental do exército cambojano, entrados em rebelião. Heng Samrin, o comandante da divisão em causa, havia-se refugiado semanas antes do Vietnã com uns quantos coligados (entre eles o jovem Major Hun Sen) e assumiu a presidência do governo que se instalou em Phnom Penh.

A comunidade internacional não se preocupou com as razões que pudesse ter tido o Vietnã para sua intervenção no Camboja. Tampouco foi considerado atenuante o fato de a operação haver liberado o mundo de um dos regimes mais execráveis da história humana: o governo dos **Khmers Rouges**, universalmente acusado de genocídio. O apodo pelo qual vieram a ser conhecidos os membros do Partido Comunista do Kampuchea (designação arcaica do Camboja por eles ressuscitada) expressa, precisamente, a filosofia sanguinária do movimento. O objetivo declarado do PCK era a criação de sociedade em que só existissem camponeses e guerreiros. Todo o conhecimento e o instrumental acumulados pelo homem através dos milênios (exceção feita às armas!) deviam ser repudiados, visto que sempre expressaram opressão de classe. Na aplicação desse programa, as cidades foram esvaziadas e a vida urbana destruída. Os intelectuais e camadas cada vez mais amplas da burocracia e da classe média em geral foram sendo trucidados. Cálculos dignos de crédito falam em mais de 1 milhão de indivíduos executados de forma brutal nos três anos e meio em que o PCK governou o Camboja.

Não era o PCK um corpo monolítico. Facções lutaram continuamente entre si, no seio do partido, distinguindo-se pela rigidez sectária a de Saloth Sar (mais conhecido sob o nome de guerra de Pol Pot). Em 1977, Pol Pot assumiu o controle supremo do regime e ganharam impulso os expurgos e matanças dentro do próprio PCK e das Forças Armadas. Exacerbou-se também a perseguição à minoria vietnamita, com ataques exterminadores aos remanescentes dessa minoria que haviam logrado refugiar-se do outro lado da fronteira Camboja-Vietnã. Foi em resposta a essas repetidas incursões dos **Khmers Rouges** em território vietnamita, e animados pelo reforço recebido dos rebelados da Quarta Divisão cambojana, que Hanoi lançou sua própria expedição contra Phnom Penh.

Conforme já observei, a comunidade internacional não tomou em conta essa tela de fundo da decisão vietnamita, e a Questão do Camboja surgiu e foi se eternizando no caldo de cultura da Guerra Fria. Só que, no final dos anos 70, a Guerra Fria já não era tão nitidamente bipolar. Na verdade, não foi tanto a filiação ideológica do regime de Hanói que desencadeou contra ele e o Governo Heng Samrin a inflexibilidade corretiva de forças regionais e internacionais, e sim o seu posicionamento estratégico como aliado da URSS. O governo comunista de Pequim foi o chefe de orquestra da composição diplomática que manteve Hanói e Phnom Penh em suspensão punitiva da vida internacional, ao longo de todos os anos 80, enquanto se garantiam aos **Khmers Rouges** dinheiro e armas para que eles permanecessem fortes e atuantes nos lindes da Tailândia com o Camboja.

A intervenção do Vietnã no Camboja encontrou os EUA sem política própria para o Sudeste Asiático. Desde o final dos anos 60 a inquebrantável disposição de luta dos vietnamitas diante das forças americanas levava Washington a reconhecer, realisticamente, que a expansão da **Pax American** na Ásia-Pacífico encontrara na Indochina os seus limites físicos. A Doutrina Guam (1970) forneceu as bases teóricas para a retração da presença militar dos EUA no teatro da Ásia-Pacífico, e Nixon e Kissinger passariam a explicar que, afinal, a Indochina não era tão importante assim para o jogo estratégico global dos EUA. Quando surgiu a necessidade de posicionar-se diante dos acontecimentos do Camboja, viu-se Washington na contingência de recorrer à “carta chinesa”, elevada sob a Presidência Carter a um dos pilares da diplomacia global dos EUA.

Não tinha essa carta especialmente em vista facilitar a solução diplomática da Questão do Camboja. Ao contrário, o objetivo intransigentemente perseguido pela China nesse contexto foi a dissolução do Governo Heng Samrin e a retirada total e incondicional do corpo expedicionário vietnamita. Só assim ficaria Pequim tranquila quanto a não ter havido qualquer avanço da liderança vietnamita sobre o conjunto dos Estados indochineses. Desenvolvimento deste outro tipo apareceria para Pequim como o fechamento do cerco estratégico que os dirigentes chineses acusavam Moscou de estar tentando montar contra a China. Semanas antes da invasão do Camboja, Hanói concluía com Moscou aliança que os chineses interpretavam como significando apoio da URSS à pretensão do Vietnã de estabelecer um “relacionamento especial” com Laos e Camboja, e isso assustava a China. Desde a independência daqueles dois países, em 1964, Pequim se esforçava por bloquear qualquer ressurgimento da ideia de Indochina. Tendo isso em vista, Pequim se dispusera a atuar como o único aliado sólido do governo dos **Khmers Rouges**, e a continuar a respaldá-los quando foram expulsos de Phnom Penh.

Para tornar factível a sobrevivência de Pol Pot e correligionários, a China agenciou a criação, já em junho de 1982, de uma coalizão tripartite, que congregou em torno dos guerrilheiros **Khmers Rouges** um grupo de fiéis do Príncipe Norodom Sihanouk e uns quantos políticos conservadores, liderados pelo velho ex-Primeiro Ministro Son Sann. Assentada em acampamentos na Tailândia, a coalizão tripartite jamais pôde qualificar-se como governo no exílio. Serviu, porém, de base para a prolongada pressão militar e diplomática contra Heng Samrin e seus aliados vietnamitas. Permitiu, inclusive, que o Governo Reagan buscasse reconquistar um lugar para os EUA, na definição do futuro do Camboja. A 1^o de novembro de 1988, o **International Herald Tribune** tornou público que, desde 1982, vinham os EUA subsidiando os dois grupos não comunistas da coalizão tripartite, numa das mais discretas operações de “contras” do período Reagan.

Quando se tenta abarcar a Questão do Camboja em todas as suas ramificações, o confronto político-militar entre o governo instalado em Phnom Penh e a coalizão tripartite

aparece com um microconflito, no cerne de conflito maior, de alcance regional, em que o Vietnã, aspirando representar uma entidade potencial (a Indochina), defrontava-se com a Tailândia, ponta de lança no caso de entidade bem ativa: a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA). Todo esse sistema estava, por sua vez, contido num círculo de alcance global, em que a China e os EUA faziam face à URSS, dentro da ideia bastante exagerada de que Moscou era o verdadeiro responsável pela intervenção do Vietnã no Camboja.

Para efeitos práticos, foi assim que as Chancelarias do mundo visualizaram, durante doze anos, a Questão do Camboja, posicionando-se em consonância com suas próprias simpatias no quadro da Guerra Fria. Na realidade, porém, tratava-se de questão com profundas raízes na geografia e na história do Sudeste Asiático, cujo desenvolvimento e cujos desdobramentos para além da sua recente superação diplomática exigem, para ser bem compreendidos, que se considerem.

As clivagens do Sudeste Asiático:

Poucas regiões do globo exibem diversidade e complexidade de fatores humanos comparáveis às do Sudeste Asiático. O professor cingapuriano Lee Yong Leng recenseou 25 línguas e mais de 250 dialetos; 3 religiões de massa; contrastes raciais, culturais e demográficos profundos entre os habitantes das zonas costeiras e os montanheses, ou entre os habitantes da terra firme e os das incontáveis ilhas.

Dois grandes clivagens geográficas se sobrepõem a essa diversidade do ambiente humano: a iniludível separação entre o Sudeste Asiático Insular (aí incluída a Península Malaia) e o Sudeste Asiático Continental; a Cordilheira Anamita, que corre de norte a sul separando o Vietnã do restante da massa continental. Servindo também de linha divisória entre a predominância da herança cultural chinesa e a predominância da herança cultural indiana: o Budismo, por exemplo, é praticado em versões distintas, respectivamente chinesa e indiana, de um lado e do outro da cordilheira.

Numa perspectiva geopolítica, duas situações principais vêm determinando a evolução do Sudeste Asiático há mais de dois mil anos: a fragmentação política de região situada na periferia do colosso chinês e o lento processo de consolidação de Estados nacionais. A este último respeito, três formações políticas levaram o processo a um estágio avançado de realização: a Birmânia, a Tailândia e o Vietnã. A Birmânia tem-se mantido distante dos problemas que estarei examinando, e vou concentrar-me nos outros dois países. Viets e tais, povos descidos da China, revelaram desde o início tendências dominadoras e expansionistas, colocando sob os fogos cruzados das respectivas ambições as terras do velho Império Khmer, que entre os séculos VII e XII da Era Cristã foi sede da brilhante civilização angkoriana.

Não caberia aqui reconstituir os fluxos e refluxos da rivalidade entre o Sião (nome histórico da Tailândia) e o Vietnã, em torno do que hoje são o Camboja e o Laos. Nas últimas décadas do século XVIII, o Sião invadiu o Laos, e os monarcas desse país e do Camboja recorreram ambos ao Vietnã pedindo proteção contra os tais. Apesar do apoio que lhes tenham dado os viets, em meados do século seguinte o Laos estava quase todo sob ocupação siamesa e o Camboja caíra em vassalagem. Foi a chegada dos colonizadores franceses que restaurou a integridade territorial dos dois países, em detrimento do Sião, e que congregou Laos, Camboja e Vietnã sob o conceito, criado para a ocasião, de Indochina.

A corte siamesa acabou descobrindo vantagem nas limitações territoriais que lhe impuseram os franceses, na medida em que estes haviam também posto sob controle as ambições vietnamitas. Tão logo, porém, se patenteou o enfraquecimento francês durante a

Segunda Guerra Mundial, Bangkok reviveu suas reivindicações sobre partes do Laos e do Camboja, com o apoio do novo suserano do Sudeste Asiático, o Japão. Os japoneses foram expulsos da região e, no pós-guerra, o Vietnã demonstrou intenção de preservar a ideia de uma união indochinesa. Alarmada, a Tailândia empenhou-se em barrar essa pretensão. Um pacto de assistência militar foi assinado com os EUA, e Bangkok cooperou com os americanos durante toda a Guerra do Vietnã: vinte e sete batalhões tailandeses combateram secretamente no Laos; um contingente de infantaria foi despachado para o Vietnã do Sul; bases aéreas em território tailandês foram franqueadas aos americanos para o bombardeio das forças vietnamitas. Hanói revidou dando apoio à insurreição comunista na Tailândia, cujo principal suporte era a China.

A colonização europeia (meados do século XIX a meados do século XX) introduziu novas clivagens no Sudeste Asiático, com o aparecimento de línguas, instituições jurídicas e atividades econômicas alheias à região e distintas entre si. Entidades de direito internacional público totalmente novas - como a Indonésia, a Malásia, o Brunei ou Cingapura - passaram a disputar espaço e a competir política e ideologicamente umas com as outras. Aquela velha cisão geográfica entre os arquipélagos e a terra firme ganhou importância política na medida em que os primeiros se definiram, preponderantemente, como países malaios, com reduzida tradição de coesão nacional e unidade linguística.

Egressos de três sistemas coloniais distintos, armados de ordenamentos e línguas modernizadoras oriundos de terras distantes, os países malaios tomaram algum tempo para se ajustarem à nova correlação de forças do Sudeste Asiático. De setembro de 1963 a agosto de 1966, a Indonésia e a novel Federação Malásia enfrentaram-se diplomática e militarmente na chamada **konfrontasi**, com os indonésios contestando o sentido e a oportunidade daquela federação, que lhes parecia atentar contra a integridade do mundo malaio. Complicador inesperado ainda foi a independência, em agosto de 1965, da dinâmica ilha chinesa de Cingapura, que os ingleses haviam deixado integrada na federação.

Cabe lembrar que o impulso determinante da fundação da ANSEA, em 1967, foi a necessidade de harmonizar as dissonâncias intermalaias, que ameaçavam a paz e a prosperidade do Sudeste Asiático. Apesar dos anunciados objetivos de cooperação econômica, a ANSEA funcionou sobretudo como um processo consultivo, graças ao qual os países membros vêm superando com prudência as tensões entre eles e administrando com eficácia as relações do grupo com o mundo exterior. O posicionamento adversarial diante do Vietnã comunista, que deu à ANSEA características de uma construção da Guerra Fria, surgiu já na segunda metade dos anos 70.

De um modo geral, a colonização europeia teve importantes efeitos espaciais e demográficos sobre todo o Sudeste Asiático. Introduziu-se a prática do desflorestamento em grande escala, a fim de criar espaço para as plantações coloniais a serviço do mercado internacional. A mineração do estanho alterou a distribuição da ocupação humana em amplas áreas, somando-se à agricultura de **commodities** na exigência de estradas de ferro e portos modernos. Pântanos foram secados e velhos rios - o Irrawaddy, na Birmânia, ou o Chao Phraya, na Tailândia - tiveram seus cursos alterados para permitir o aparecimento de bolsões de cultivo do arroz. Todas essas novas atividades provocaram o influxo de levas e levas de imigrantes indianos e chineses, com consequências de monta para a estruturação social e a distribuição da riqueza nos países da região. Particular importância adquiriram, a este último respeito, as minorias chinesas. Por todo o Sudeste Asiático vieram elas a preponderar na posse e administração do dinheiro, nem sempre com a aceitação benigna dos grupos étnicos majoritários.

Foi nesse contexto regional complexo e em contínua evolução que a China logrou manter viva por mais de dez anos a Questão do Camboja, em função da sua própria visão estratégica e com a ajuda ativa e interessada da Tailândia, precipuamente. Somente já bem entrados os anos 80 surgiram, de repente, sinais de que começara o...

Final de jogo no Camboja.

Em julho de 1988, a Questão do Camboja voltou de súbito à primeira página dos jornais, através de uma “reunião informal”, de cinco dias, das quatro facções cambojanas diretamente envolvidas no microconflito local e seus respectivos aliados regionais: ANSEA e Estados indochineses. Realizada em Bogor (Indonésia), a conferência congregou, pela primeira vez desde o início do conflito, todas as partes interessadas, com exceção das potências do círculo mais externo. O encontro de Bogor, preparado durante meses por Jacarta e Hanói, foi conquista da Indonésia, que desde o início mantivera posição divergente da Tailândia em relação ao Vietnã e à China. No mundo malaio, e isto em boa parte como decorrência do peso adquirido no seio dele pela diáspora chinesa, a China parecia mais ameaçadora à estabilidade do Sudeste Asiático do que a URSS.

Os entendimentos no plano regional, graças aos quais tiveram início negociações no nível do microconflito cambojano, refletiram por sua vez importantes ajustamentos surgidos no círculo das grandes potências. Na origem de tudo cabe distinguir um desenvolvimento de alcance histórico, cuja superveniência não foi logo percebida pela opinião pública mundial, e que mesmo hoje poderá parecer de valor remoto para o encaminhamento da Questão do Camboja. Quero referir-me ao declínio da hegemonia global dos EUA, processo encetado na abertura dos anos 70 como parte da exaustão da II Revolução Industrial. A primeira evidência de monta de deslanchamento desse processo foi o cancelamento unilateral, pelos EUA, da obrigatoriedade que lhe impusera o Sistema de Breton Woods de trocar ouro por dólar.

Anunciada intempestivamente a 15 de agosto de 1971, essa decisão americana fora em parte motivada pela pressão inflacionária da Guerra do Vietnã, vindo indiscutivelmente a compor o quadro estratégico da retirada dos EUA da Indochina. Em 1975, a partida atropelada das forças americanas abriu caminho para a unificação do Vietnã e, no Camboja, para a instalação triunfal do regime **Khmer Rouge**. A China na sua tradicional intolerância com a possibilidade de contestações ao predomínio chinês no que lhe parecia uma área natural de influência de Pequim, sentiu-se molestada com a unificação do Vietnã e, de grande aliada dos comunistas vietnamitas na resistência aos EUA, passou a hostilizá-los. Tornou-se, conforme já ficou visto, a aliada intransigente dos **Khmers Rouges**, levando o Vietnã unificado a buscar o apoio da União Soviética. Os EUA haviam retirado suas forças inclusive da Tailândia, e a URSS começou a expandir-se militarmente no Pacífico Ocidental, usando a grande base naval de Cam Rahn Bay, abandonada pelos americanos no ex-Vietnã do Sul, como ponto de apoio principal de um desdobramento estratégico só inferior ao das forças soviéticas diante da OTAN.

No círculo das grandes potências, cada uma delas empenha-se permanentemente na promoção do que lhe parece ser o seu interesse. Normalmente, tal percepção é antes de qualquer coisa a visualização, pelo prisma da correlação de forças internacionais em existência, de preocupações antigas transformadas em imperativos nacionais. Para atender a esses imperativos, as grandes potências aliam-se circunstancialmente a potências médias, de peso regional, a fim de por meio delas arregimentarem forças locais, usadas como massas de manobra nas confrontações globais. Na Questão do Camboja, nem a URSS nem a China

estiveram efetivamente preocupadas com o destino e o bem-estar do povo cambojano. A URSS de Brezhnev aceitou financiar a ação vietnamita contra os **Khmers Rouges** para ampliar seu arco de resposta ao cerco estratégico montado contra ela sob a **Pax American**. A China alimentou até o fim a contestação militar ao regime Heng Samrin, com vista a alcançar três metas nunca disfarçadas: sangrar economicamente o Vietnã, liquidando qualquer sonho de liderança do Sudeste Asiático que pudesse ter Hanói; tornar por demais onerosa para a URSS a tentativa de usar o Vietnã para fechar o cerco estratégico da China; instalar em Phnom Penh um regime disposto a inserir-se na órbita chinesa, mas não necessariamente dominado pelos **Khmers Rouges**.

A perseguição desses objetivos esteve profundamente ligada ao problema da “normalização” das relações sino-soviéticas, tanto no nível dos Estados quanto no dos partidos. Arguiam os chineses ser necessário superar três obstáculos para chegar à normalização das relações: a grande concentração de tropas ao longo das fronteiras da URSS e da Mongólia com a China; a presença de tropas soviéticas no Afeganistão; e o apoio de Moscou à ocupação do Camboja pelo Vietnã. Em fins de 1986, esse terceiro obstáculo aparecia como o decisivo no caminho da normalização. Em julho do mesmo ano, Mikhail Gorbachev pronunciara em Vladivostok o famoso discurso-base da nova política soviética em direção à Ásia-Pacífico. Gorbachev tratara de frente os problemas das fronteiras e do Afeganistão, prometendo reduzir as forças de forma substancial, mas só pudera falar em termos vagos da Questão do Camboja. Dois anos se passaram para que, em agosto de 1988, pudessem os dois governos (soviético e chinês) reunir-se, no nível de Vice Ministros das Relações Exteriores, para discutir especificamente o problema do Camboja.

O abrandamento das divergências entre as potências do círculo externo da Questão do Camboja deu a atores intermediários como a Tailândia e o Vietnã maior amplitude para a redefinição dos seus interesses nacionais no novo quadro regional, criando a possibilidade para iniciativas como a conferência de Bogor acima evocada. À medida que o conflito se foi desvinculado dos cálculos estratégicos das grandes potências, surgiram, então, condições para que os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas tomassem a si a aceleração do processo de negociação diplomática, consubstanciado no Acordo para a Resolução Política Abrangente do Conflito Cambojano. Não cabe neste estudo retratar as peripécias das diversas linhas de negociações que convergiram para a assinatura desse acordo, em outubro de 1991, em Paris. Importa, porém, buscar compreender as razões das mudanças de visão e comportamento estratégicos, evidenciadas pela China e pela URSS em meados dos anos 80, e sem as quais a Questão do Camboja poderia ter permanecido congelada por muito tempo ainda.

O fato foi que, tanto na China quanto na URSS, dirigentes mais alertas foram-se dando conta de que suas economias, rigidamente planejadas, não estavam podendo acompanhar a revolução tecnológica visível em várias partes do globo, em particular em países vizinhos do Leste Asiático. Tentar captar o dinamismo modernizador que começara a transformar a orla asiática do Pacífico foi um dos principais impulsos dos movimentos reformistas desencadeados, nos respectivos países, por Deng Xiaoping e Mikhail Gorbachev. Os chineses lançaram em fins de 1978 o seu movimento das “Quatro Modernizações”, e quando alguns anos depois surgiu Gorbachev, puderam vê-lo como espírito muito próximo a eles. Os reformistas dos dois países tinham em comum a abordagem pragmática das novas preocupações nacionais, mostrando-se aptos a privilegiar soluções econômicas diante de enrijecimentos militares. Normalizar as relações mútuas tornou-se imperativo para Pequim e Moscou, numa aproximação que deu início ao final de partida no Camboja.

Inferência importante a tirar de tudo isso é que, se é correto ver a solução negociada da Questão do Camboja como um aspecto da distensão internacional englobada sob a designação de “fim da Guerra Fria”, a origem mais profunda daquele feliz desenlace encontra-se naquela ruptura de alcance histórico a que me referi mais atrás: a exaustão da II Revolução Industrial. Ao longo dos anos 70, tornou-se patente que o modelo sociotecnológico universalizado pelos EUA para essa revolução, o chamado fordismo, perdera seu valor estruturante. Sinais de um novo paradigma sociotecnológico em elaboração estavam chegando do Japão. O fordismo fora o solo sobre o qual os EUA edificaram a **Pax American** e a economia internacional liberal do pós-guerra. Sua exaustão histórica determinou a entrada do mundo num período de revisão geral das relações internacionais, que já vai sendo conhecido como o pós-hegemonia. O pós-Camboja é manifestação tópica do pós-hegemonia.

Desenvolvimento de grande impacto potencial para o futuro das relações internacionais no Sudeste Asiático, possibilitado pelos ajustamentos do fim de jogo no Camboja, foi a decisão do Japão de fazer ouvir sua voz no encaminhamento da paz negociada. Já em 1977, na esteira da derrocada americana no Vietnã, sentira-se o Japão obrigado a fazer-se politicamente presente no Sudeste Asiático, como fator de estabilidade. A oportunidade para isso foi dada pelo convite feito ao Primeiro Ministro Takeo Fukuda para participar da Segunda Reunião de Cúpula da ANSEA (Kuala Lumpur, agosto de 1977) juntamente com os Primeiros Ministros da Austrália e Nova Zelândia. Após a reunião, Fukuda visitou todas as capitais da associação, terminando seu périplo em Manila, onde expôs em substancioso discurso os três princípios centrais da política que pretendia o Japão seguir, diante do Sudeste Asiático: (a) promessa de não se transformar em potência militar; (b) fomento de estreitos laços econômicos, sociais, políticos e culturais com os membros da ANSEA; (c) relações construtivas com os três regimes comunistas da Indochina, o Vietnã em particular, com vista a estimular a coexistência pacífica entre a ANSEA e o grupo indochinês.

Os três princípios do que se veio a chamar a Doutrina Fukuda resultaram de um ano e meio de estudos e reuniões específicas, no quadro do **Gaimusho**. Foram geralmente vistos como expressando a promoção esclarecida de interesses nacionais japoneses. O Sudeste Asiático é região de importância econômica magna para o Japão, e o declínio da potência que lhe vinha assegurando paz e estabilidade era de molde a inquietar os japoneses, tanto mais quanto já aumentava a competição entre a URSS e a China para preencherem o vazio estratégico. Ao entrelaçar o desenvolvimento econômico e a segurança do Sudeste Asiático com o crescimento do poderio econômico e tecnológico do Japão, a Doutrina Fukuda dava a Tóquio papel fundamental na modernização da região em apreço.

Os trágicos desenvolvimentos sobrevindos no Camboja sob o regime **Khmers Rouges** e o subsequente impasse em que caíram as relações Vietnã-ANSEA roubaram, contudo, aos japoneses a oportunidade de levar adiante os propósitos da Doutrina Fukuda. De 1979 a 1988, o Japão absteve-se de iniciativas próprias no contexto da Questão do Camboja, limitando-se a apoiar a política de pressionamento diplomático e financeiro do Vietnã, sustentada pela ANSEA, muito embora tenha sido visível o empenho de Tóquio em manter abertos os canais de comunicação com Hanói. Embaixadores foram mantidos em posto nas duas capitais durante todo o período, e entre 1982 e 1988 logrou o Japão, por dez vezes, transferir para o Vietnã somas em torno de 25 milhões de dólares, de cada vez, a título de ajuda humanitária. Também cuidou o setor privado japonês de manter vivo o comércio com o Vietnã.

Para Tóquio foi, então, uma bela surpresa quando, em meados de 1988, pôde ser percebido que a Tailândia, país da linha de frente na sustentação da pressão contra o Vietnã,

estava começando a abrandar sua própria posição diante dos indochineses. A tendência intensificou-se no mês de agosto, quando Chatichai Choonhavan, um general reformado muito ligado aos meios empresariais do país, assumiu as funções de Primeiro Ministro da Tailândia. “Vou transformar a Indochina, de campo de batalha em mercado!” - proclamava Chatichai. Os empresários tailandeses vinham demonstrando preocupação com a possibilidade de serem deixados para trás, por japoneses e cingapurianos, quando ocorresse a inevitável reintegração dos países indochineses no comércio regional. Chatichai respondeu a essa inquietação buscando utilizar o Laos, país que possui laços étnicos e culturais profundos com a Tailândia, como ponte para a penetração comercial de toda a Indochina. Chegou ele a submeter ao Presidente Bush, por ocasião do enterro do Imperador Hiroito, em Tóquio, uma proposta para fazer da Tailândia a plataforma de redistribuição de capitais e ajuda internacional para os países indochineses e a Birmânia. A ideia não foi bem recebida pelos americanos.

Os projetos de Chatichai casavam-se perfeitamente, porém, com a visão japonesa de uma Indochina integrada com a ANSEA na promoção da paz e estabilidade no Sudeste Asiático. Tóquio decidiu dar prioridade à intensificação das relações com a Tailândia, passando a buscar a cooperação de Bangkok na promoção de uma série de iniciativas ligadas ao desenrolar prático da negociação da paz no Camboja. Não foram essas iniciativas suficientes para dar ao Japão a capacidade de imprimir ao acordo final sua própria visão da paz. Teve ele de competir com potências aptas a exercer pressão militar, a fornecer armamento, treinar tropas e agenciar redes de comando. O Japão tentou exercer influência política apoiado apenas na sua pujança econômica, e suas iniciativas provocaram inclusive reações aborrecidas da China e EUA.

Mas as iniciativas japonesas não foram inoperantes. Contribuíram elas para obter o reconhecimento internacional do governo no poder em Phnom Penh como um interlocutor válido nas negociações diplomáticas; também para reduzir a duas (amalgamando num interlocutor único, para efeitos práticos, a coalizão tripartite) as partes em presença. No plano interno japonês, a participação no final de partida no Camboja abriu caminho para a decisão histórica da Dieta de autorizar o envio de destacamentos militares ao exterior, em operações onusianas de pacificação. Mais do que tudo, porém, as iniciativas japonesas colocaram em foco o problema, que tenderá a adquirir preminência no pós-hegemonia, do poder econômico como fator decisivo na criação das condições para a solução de conflitos internacionais. A aptidão a participar da reconstrução de regiões afetadas por tais conflitos, ou de corrigir distorções econômicas e sociais na origem de conflitos regionais, está surgindo como trunfo à disposição do Japão para pesar nas relações internacionais, conforme já está acontecendo no pós-Camboja.

Nova partida nas relações ANSEA-Vietnã

No nível da região, o grande desafio que o pós-Camboja trouxe para o Sudeste Asiático foi o da elevação da ANSEA, de organização sub-regional a organização efetivamente regional, capaz de abrigar entre seus membros os Estados indochineses e, mais adiante, também a Birmânia. Vietnã e Laos já assinaram (julho de 1992) o Tratado de Amizade e Cooperação, dito de Bali adquirindo assim o estatuto de observadores nas reuniões da ANSEA, a exemplo do já concedido à Papuásia-Nova Guiné. O Camboja só poderá dar esse passo quando se consolidar o processo de pacificação do país, ainda posto em causa pela contestação armada dos **Khmers Rouges**.

A ata de fundação da ANSEA (Declaração de Bangkok, de 08/08/67) proclamou a organização “aberta à participação de todos os Estados da região do Sudeste Asiático”. Nem o regime de Hanói, nem as monarquias do Laos e Camboja, declaradamente neutralistas naquela época, puderam dar crédito a essa oferta, tão nítidos eram os propósitos de “contenção do comunismo” da nascente ANSEA. Mesmo no tocante ao impulso de reconciliação intermalalaia, tão presente na criação da entidade, cabe não esquecer que o abandono da **konfrontasi** pregada por Sukarno foi precedido, na Indonésia, por gigantesco massacre de comunistas e chineses étnicos. Cerca de meio milhão de pessoas terão sido trucidadas em poucos dias e várias centenas de milhares foram concentradas em campos criados para a ocasião. As relações diplomáticas com a China iriam permanecer cortadas por vinte e dois anos. Na Tailândia, outro importante pilar da fundação da ANSEA, o período 1957-1973 foi ocupado pelos regimes dos generais Sarit e Thanom, sabidamente entrosados com o lado americano, na Guerra da Indochina. Para o Vietnã, a ANSEA pareceu durante muito tempo uma tentativa dos EUA de reeditarem a malsucedida OTASE, concebida segundo o modelo da OTAN.

O Tratado de Bali (fevereiro de 1976) renovou a oferta de estar a ANSEA “aberta à adesão de outros Estados”, mas sem convencer os indochineses. A Conferência de Bali, primeira reunião dos Chefes de Governos da ANSEA, sobreveio após intenso período de consultas entre os países-membros, sobressaltados com as consequências da derrota militar americana de 1975. Os **Khmers Rouges** tinham-se assenhoreado do Camboja, e o Vietnã estava agora unificado sob o controle de Hanói. Foi um momento de verdade para os regimes conservadores da ANSEA, que se deram conta de como estavam vulneráveis à subversão interna, uma vez que o crescimento exibido por suas economias primário-exportadoras praticamente não incluía progressos reais na superação das velhas distorções sociais e econômicas. Na reunião de cúpula de Colombo (agosto de 1976) do Movimento dos Não Alinhados, os delegados do Vietnã e do Laos criticaram acerbamente os países da ANSEA, “empenhados em ressuscitar o passado”.

Por sob esse diálogo de surdos, estavam, no entanto, em marcha dois importantes processos. Um dos mais respeitados intelectuais do Sudeste Asiático, o malaio Zakaria Haji Ahmad, afirma: “É possível sustentar que somente em 1975 começou a tomar corpo um sistema de relações genuíno e **moderno** (ênfase de ZHA) entre as entidades políticas independentes e soberanas na região. É claro que anteriormente a essa data já funcionava alguma forma de relações interestatais, mas o fato é que relações internacionais plenas só se tornaram viáveis, no contexto do Sudeste Asiático, após o fim da Guerra do Vietnã”. (Z. H. Ahmad, “Regional Security in South-East Asia: Issues and Prospects”, in Fu-chen Lo & Kamal Salih (eds), **The Challenge of Asia-Pacific Cooperation**. Kuala Lumpur: ADIPA, 1987).

Essa asseveração de Zakaria Ahmad traz de volta a observação que fiz mais acima, distinguindo o Vietnã como uma das três formações políticas do Sudeste Asiático que mais longe levaram o processo secular de consolidação do respectivo Estado nacional. Do Vietnã se pode ainda dizer que seu nacionalismo tem sido, de longa data, a fonte de dinamismo político na Península Indochinesa, com forte irradiação sobre o conjunto do Sudeste Asiático.

O pós-Camboja encontrou o Vietnã, contudo, extremamente enfraquecido do ponto de vista econômico e acuado politicamente. Nenhum país do Sudeste Asiático pagou tão caro pela afirmação da sua independência nacional quanto o Vietnã. O General Westmoreland ameaçava levá-lo de volta à Idade da Pedra e a ameaça pareceu por vezes ser para valer. Recorde-se apenas a **Operation Ranch Hand**, no curso da qual a aviação

americana espalhou sobre campos e matas vietnamitas 40 milhões de litros do agente alaranjado, 20 milhões de litros do agente branco e 8 milhões do agente azul. Dados oficiais de Hanói calculam que 2,2 milhões de hectares de florestas e campos de cultivo, 20 milhões de metros cúbicos de madeira de valor comercial, 135 mil hectares de plantações de borracha e 300 milhões de toneladas de alimentos foram perdidos, em consequência dessa operação e congêneres.

No pós-Segunda Guerra Mundial, os países do Sudeste Asiático que sofreram a ocupação japonesa receberam, entre 1955-1976, consideráveis recursos do Japão, a título de reparações de guerra. Menos o Vietnã. Nos anos 80, à sombra da Questão do Camboja, a China proclamava-se empenhada em “sangrar ao branco” o Vietnã, enquanto Washington exercia seu poder político para impedir que as instituições financeiras multilaterais abrissem créditos àquele país. Os próprios EUA somente agora em 1994 levantaram a proibição a investimentos de firmas americanas no Vietnã. Quando, então, o grande jogo estratégico mundial levou à suspensão da ajuda financeira de Moscou, viu-se o Vietnã compelido a compor suas desavenças com a China e interessar-se pela adesão à ANSEA.

O ingresso do Vietnã parece agora questão de tempo, facilitada pelo fato de que ele se está apresentando à ANSEA como representante de si mesmo, sem pretensão a líder da Indochina ou aparência de agente de terceiros. Mas a impressão prevaiente é de que a adesão formal ainda demorará. A assinatura do Tratado de Bali, a entrada em organismos da ANSEA como a Organização dos Ministros da Educação do Sudeste Asiático e a participação em outros foros regionais podem simplesmente expressar o desejo de estreitar a cooperação com a associação, sem o comprometimento da filiação. Tanto em Hanói como nas capitais da ANSEA a oportunidade dessa filiação vem sendo motivo de muita reflexão, matizada pela diversidade dos ângulos de julgamento. Do ponto de vista de Hanói, atua, por exemplo, a consideração de que o bom relacionamento com a China é tão importante para o Vietnã quanto o bom relacionamento com a ANSEA. Não pode o Vietnã ver-se usado como um Estado-tampão entre o Sudeste Asiático, onde persistem temores em relação ao gigante chinês, e a China.

E é mister reconhecer que também a ANSEA perdeu substância, no pós-Camboja. Aquele sistema de círculos concêntricos, que nos anos 80 deu à ANSEA papel de relevo na frente diplomática da Questão do Camboja, está hoje desfeito. Sem o sustentáculo direto da China e dos EUA para sua ação no cenário internacional, está a ANSEA tendo de usar imaginação e espírito de iniciativa para exteriorizar influência apoiada essencialmente nas suas realizações intramuros. Em mais de vinte anos de existência a ANSEA logrou, com efeito, dotar-se de estruturas estáveis, apropriadas para a superação de tensões entre seus membros e até para o incentivo da cooperação econômica no nível sub-regional. O efetivo aproveitamento dessas estruturas aparece, porém, como programa para o futuro. Foi só em 1992, por exemplo, que se colocou em marcha, sem sentido de urgência, o projeto da Área de Livre Comércio da ANSEA (ALCA). Há uma sensação generalizada de que a ANSEA encontra-se em transição. E quando se considera que o tipo de regionalismo por ela construído foi profundamente condicionado pela confrontação com o Vietnã, em particular sob o impacto da Questão do Camboja, torna-se lícito prognosticar que a inserção do Vietnã na associação exigirá a transformação da ANSEA de hoje em algo ainda por ser definido, certamente voltado para o quadro mais vasto da Ásia-Pacífico. Tem-se aí o segundo daqueles dois processos, em marcha sob o diálogo de surdos ANSEA-Vietnã. Dedicarei adiante uma seção ao exame das perspectivas que lhe estão sendo abertas pelo pós-Camboja. Antes, é preciso lançar uma vista de olhos sobre...

O reformismo vietnamita

O pós-Camboja pode ser visto, otimistamente, como o encerramento de mais de um século de intervenção colonialista no Sudeste Asiático, da parte de Impérios europeus, EUA, URSS, China e Japão. A região estará apta, a partir de agora, a decidir no seu próprio quadro o tipo de inter-relacionamento que servirá para os países vizinhos e para o conjunto deles e o mundo exterior, cuidado sendo tido no tocante à China. Nada indica, por certo, que a China vá demonstrar ambições colonialistas em direção ao Sudeste Asiático, mas é preciso não esquecer a situação geopolítica criada pela justaposição de uma zona de fragmentação política ao colosso chinês. As dificuldades de relacionamento que daí têm nascido, ao longo dos séculos, prescindem de motivações coloniais. O Vietnã, em particular, não pode descuidar do fator chinês, já que tem sido tradicionalmente visto, em Pequim, como desafiante virtual da ascendência da China no Sudeste Asiático.

Mais do que seus vizinhos regionais, sentirá o Vietnã necessidade de integrar-se na movimentação global, situação que neste final de século o está levando a uma reavaliação completa das suas posições políticas e econômicas, no intuito de entrosar-se com a revolução tecnológica em marcha no Leste Asiático. O exemplo que a esse respeito lhe deram a China das “Quatro Modernizações” e a URSS de Gorbachev teve peso determinante, inclusive no fornecimento insubstituível das racionalizações que vieram ajudando o Partido Comunista do Vietnã (PCV) a romper com a visão de dois mercados mundiais e passar a buscar um nicho para a economia vietnamita no mercado único global.

O Sexto Congresso do PCV (1986) foi um divisor de águas na política do Vietnã. Nguyen Van Linh, o ostracizado Secretário do partido na cidade de Ho Chi Minh, foi reabilitado durante o Congresso e eleito Secretário Geral. Sob sua direção, introduziu-se a política dita de **doi moi** (renovação), abrangentemente reformista, embora priorizando uns quantos alvos: a política econômica, a política externa, as instituições políticas e a corrupção. As reformas iniciadas estiveram muito influenciadas pela **perestroika** de Gorbachev e, embora populares a princípio, não puderam deixar de ressentir-se das dificuldades crescentes que teve de enfrentar o reformismo soviético. O Sétimo Congresso do PCV reuniu-se na segunda metade de junho de 1991, semanas antes do golpe frustrado em Moscou, que, no entanto, levou ao desmantelamento da URSS. O Sétimo Congresso manteve a orientação geral no sentido da **doi moi**, mas moderando-a nos seus impulsos, de maneira a não pôr em risco a primazia do partido. O reformismo vietnamita saiu do Sétimo Congresso muito mais próximo do modelo chinês. Cinco meses mais tarde (novembro de 1991), consumar-se-ia a normalização das relações Vietnã-China, com a visita de Estado a Pequim do novo Secretário Geral do PCV, Do Muoi, e novo Primeiro Ministro, Vo Van Kiet.

Durante o Congresso ocorrera, com efeito, ampla substituição de dirigentes. Nguyen Van Linh, o grande impulsionador das reformas políticas perdeu a Secretaria Geral, retirando-se da vida pública com um grupo de aliados. Destes, o mais conhecido internacionalmente era Nguyen Co Thach, membro do Birô Político e Vice-Primeiro Ministro, que ocupou a pasta do Exterior durante toda a Questão do Camboja, vale dizer, em confrontação diplomática com a China. Seu ostracismo parece ter sido o preço que teve de ser pago pela reaproximação entre os dois países.

Desde antes do Sexto Congresso, Thach se notabilizara no plano doméstico como formulador - em intervenções nas diversas instâncias do PCV e em artigos na revista teórica do partido - de uma nova visão do futuro do Vietnã. Insistia ele que o mundo está passando por transformações tão profundas quanto as do nascimento da Revolução Industrial, no último quartel do século XVIII. As velhas abordagens do interesse nacional de um país e do seu

posicionamento internacional estavam ficando obsoletas, ao mesmo tempo em que a intensificação da revolução tecnológica permitia que países atrasados tomassem pelo caminho da industrialização, mesmo sem dispor do tempo, capital e recursos naturais exigidos pelos velhos modelos de industrialização tardia. Era agora possível, em suma, modernizar-se numa posição de fraqueza estrutural, como tinham mostrado os NPIs do Leste Asiático. Conta a pequena história que Thach tornou-se um estudioso ávido da experiência desses NPIs, montando uma biblioteca pessoal sobre o assunto.

É expressivo registrar que a pregação de Thach em favor do entrosamento da modernização do Vietnã com a revolução tecnológica do Leste Asiático antecedeu de vários anos a ascensão de Gorbachev, ou seja, não se tratou de reação ao fim da Guerra Fria. As ideias de Thach refletiram a tomada de consciência, que perpassou por toda a orla asiática do Pacífico, de que chegara ao fim a II Revolução Industrial. E embora Thach tenha sido afastado da liderança política, o dinamismo da nascente III Revolução Industrial continua a permear o reformismo vietnamita. Nesse contexto, é notável a expectativa a propósito da rápida ascensão do Vietnã à posição de NPI, amplamente refletida pela imprensa internacional.

Que possibilidades reais existem para tal salto, por parte de país que figura entre os dez mais pobres do mundo? Ou melhor, dito, que foi reduzido a estado de indigência e nele mantido pelo esforço concentrado de adversários externos. Já deixei registrado o preço, em termos de destruição de recursos naturais, que o Vietnã teve de pagar por sua independência política. Em termo de recursos humanos também foi brutal a exação. Somente na metade sul do país, a guerra deixou dois terços das aldeias destruídas, 10 milhões de refugiados, 362 mil inválidos, 1 milhão de viúvas, 880 mil órfãos, 250 mil viciados em drogas, 300 mil prostitutas e 3 milhões de desempregados. O fim da Guerra do Vietnã e a reunificação do país, em 1975, não trouxeram a paz e a reconstrução que os vietnamitas pensaram haver-se assegurado. Três anos mais tarde estavam enleados na Questão do Camboja, iniciando outra década de isolamento e privações. É certo que essa extensão das dificuldades foi em boa parte causada por eles mesmos, ao se lançarem à tarefa de reorganização do Estado e da economia com a rigidez dogmática de adeptos das fórmulas leninistas. Mencionei apenas a desastrosa tentativa de aculturação acelerada dos chineses étnicos do antigo Vietnã do Sul, determinante principal da maciça evasão dos **boat-people**.

Mais dignos de encômio são, assim, dirigentes como Thach, que se mostraram capazes de ir ao fundo dos problemas e botar em marcha medidas corretivas em várias frentes. Particularmente positivas foram as correções introduzidas no campo, onde o sistema de contrato entre o governo e os agricultores, adotado no final dos anos 70, havia levado à retração dos produtores. Em 1988 houve ameaça de fome no país, e o Vietnã teve de pedir ajuda humanitária à comunidade internacional. Em 1989, os contratos foram tornados mais vantajosos para os agricultores e uma parte das terras aberta à propriedade privada. A produção do arroz cresceu aceleradamente, e o Vietnã tornou-se o terceiro exportador mundial do produto.

O ambiente internacional para ascender a NPI é hoje menos favorável do que o enfrentado pela Coreia do Sul e Taiwan, nos anos 70. O valor estruturante do fordismo exauriu-se, e o mercado americano deixou de estar tão aberto às exportações dos neointerindustrializados. As injeções de dinheiro possibilitadas pelas confrontações da Guerra Fria (Guerras da Coreia e do Vietnã, especialmente) secaram. Cobrir o hiato tecnológico entre a desindustrialização e a industrialização tornou-se desafio muito mais custoso, em termos financeiros e de formação de recursos humanos. Um candidato a NPI precisa agora mobilizar maiores quantidades de poupança doméstica e de influxos financeiros de fora. Precisa, mais

do que nunca, contar com elevado grau de coordenação, informação e sentido de oportunidade da parte de seus governantes e empresários.

No Leste Asiático, dois impulsos principais vêm dando forma à marcha da região para a III Revolução Industrial, desde o final dos anos 70: a internacionalização da economia japonesa e o robustecimento do capitalismo internacional chinês. O Vietnã encontra-se na faixa de superposição desses dois impulsos, e essa posição geoeconômica é um dos principais trunfos à disposição dos vietnamitas para superarem o grande atraso material e temporal com que estarão encetando sua industrialização tardia.

Na medida em que se foi caracterizando a perda de vigor do modelo americano da II Revolução Industrial, o Japão surgiu - desde meados dos anos 70 - como o elemento dinamizador do Leste Asiático. Os quatro NPIs ali nascidos adotaram, cada qual à sua maneira, o modelo japonês de industrialização, no cerne do qual está a ação timoneira de um Estado com vocação desenvolvimentista. Durante algum tempo esteve em moda falar de “revoada de gansos” para caracterizar a formação aparecida no Leste Asiático, com o Japão, “ganso chefe”, a puxar a fieira dos NPIs. O quadro complicou-se e enriqueceu-se quando os dirigentes reformistas de Pequim deslancharam, em 1978, seu esforço de entrosamento da economia chinesa com a revolução tecnológica comandada pelo Japão. Começaram a atuar - de forma complementar, embora com algum conteúdo de rivalidade - os dois impulsos que mencionei mais atrás. Esse complexo sistema deu, em conjunto, um salto quântico, no final dos anos 80, após a decisão do “Grupo dos Sete” (Nova York, setembro de 1985) de intervir administrativamente na fixação da taxa de câmbio das grandes moedas internacionais, na esperança de tornar competitiva a produção dos EUA. Contrariamente às expectativas, os grandes beneficiários da nova política cambial foram o Japão e os NPIs do Leste Asiático. Intensificaram-se a internacionalização e a interdependência das respectivas economias. Um sistema econômico solidário começou a consolidar-se na orla asiática do Pacífico. Da integração nesse sistema tirará força o Vietnã.

Em que pese à extrema fraqueza atual da infraestrutura de estradas e portos do Vietnã, ao seu atraso tecnológico e ao esgarçado da sua economia de mercado, oferece aquele país uma série de atributos que o tornam interessante para o sistema comercial/industrial em constituição no Leste Asiático. Situação a cavaleiro de grandes rotas marítimas e aéreas, não sendo de esquecer a esse respeito as instalações da grande base naval de Cam Ranh Bay, herdadas da guerra com os EUA. População superior a 60 milhões de indivíduos morigerados e trabalhadores, com uma das mais altas taxas de alfabetização da Ásia, mas dispostos por enquanto a se empregarem por salários dos mais baixos da região. Tratamento do capital estrangeiro tornado nos últimos anos um dos mais liberais do mundo. O Japão, Taiwan e Hong Kong tomaram a dianteira no tocante a investimentos, deixando os investidores ocidentais em posição secundária, em virtude dos interditos americanos. Somente em meados de 1993 afrouxaram os EUA seu embargo ao afluxo de capitais multilaterais para o Vietnã e, no primeiro trimestre de 1994, levantaram a proibição a investimentos diretos de firmas americanas.

No meio tempo, avançou bastante o enquadramento da economia vietnamita pelo sistema comercial/industrial do Leste Asiático: Japão e NPIs, de um lado; ANSEA do outro. O mensário francês **Le Monde Diplomatique** descreve, no número de abril de 1994, o estabelecimento em curso de quatro zonas triangulares destinadas a um forte desenvolvimento industrial, e nas quais se espera sejam investidos, até o ano 2000, cerca de 40 bilhões de dólares. A metade desse dinheiro deverá vir do exterior e é interessante verificar a predominância atribuída aos investidores asiáticos. Preveem-se dois enormes triângulos de

desenvolvimento, um ao Norte, associado a Hanói-Haiphong e a ser “puxado” pela Coreia do Sul e Hong Kong, e outro ao Sul, ligado à região da cidade de Ho Chi Minh (Saigon), confiado a Taiwan e Cingapura. Dois triângulos menores ocuparão a parte central do país, confiados à Malásia e à Tailândia. Ao Japão caberá a supervisão de todo o sistema.

Evidentemente, a implementação prática desse e de outros projetos vai ter de superar enormes dificuldades de tipo social, político e administrativo, ligadas a resistências no seio do PCV, à emperramentos burocráticos e à prevalência da corrupção. E mais do que tudo: à grande carência de administradores e empresários, competentes e de espírito moderno. A este último respeito, no entanto, dispõe o Vietnã de dois importantes mananciais, que poderão revelar-se decisivos: a diáspora chinesa e a sua própria diáspora.

Anteriormente a 1975, os chineses étnicos dominavam a economia do Vietnã do Sul. Controlavam 80% da indústria, 50% das atividades financeiras e bancárias, nove décimos do comércio atacadista (inclusive o comércio do arroz) e metade do comércio a retalho. O chauvinismo ideológico que se abateu sobre a minoria chinesa, após a reunificação de 1975, provocou a emigração atabalhoada de dezenas e dezenas de milhares de indivíduos, enquanto os remanescentes se retraíam de atividades visíveis. Uma das principais consequências da introdução da **doi moi**, em 1986, vem sendo a reativação da minoria chinesa no Vietnã. Um censo de 1989 registrou 960.000 chineses étnicos no conjunto do país, dos quais cerca de 80% ativos no Sul: a Cidade de Ho Chi Minh abrigava 380.000 deles, enquanto Hanói apenas 10.000. Nas condições atuais do Vietnã, voltar-se para a economia de mercado equivale a garantir liberdade de comércio ao contingente de chineses étnicos. E eles estão reocupando a cena com vigor, mesmo se cautelosamente. Em agosto de 1991, uma reportagem da **Far Eastern Economic Review** calculava que a minoria chinesa só havia posto sobre a mesa, até aquele momento, algo entre 10 e 20 por cento do capital que lhe era possível mobilizar. Recorrendo a seus próprios haveres, ou valendo-se das conexões que tinham sabido manter vivas com os contingentes de chineses de Cingapura, Taiwan, Hong Kong e países ocidentais.

O Vietnã está surgindo como teatro privilegiado de atuação do capitalismo internacional chinês. Entre 1988 e 1993, dos 7 bilhões e meio de dólares correspondentes ao valor dos projetos autorizados no Vietnã, 40% foram assumidos por capitalistas chineses da região. Com os contingentes de Taiwan e Hong Kong nos primeiros lugares, e não por acaso. Manifesta-se, no caso, a tendência do Vietnã a integrar-se na Zona Econômica da China Meridional, por vezes chamada a Grande China do Sul, como se fosse o prenúncio de um fracionamento da China. Seria afoito avançar por especulações desse tipo, muito menos dando nela um lugar ao Vietnã. O que há de concreto é que a minoria chinesa do Vietnã procede, sobretudo, da província chinesa de Guangdong de onde vêm também partes substanciais das populações de Taiwan e Hong Kong. As conexões no nível de família ou de aldeia são engrenagem fundamental no funcionamento do capitalismo internacional chinês, e o Vietnã não poderia fugir à regra. É notável, por exemplo, a intensificação dos voos comerciais nas rotas Taiwan-Vietnã e Hong Kong-Vietnã. Apoiados em situações como essa, analistas mais imaginosos percebem intuítos geopolíticos no interesse de Taiwan e Hong Kong pelo Vietnã.

Cabe ainda observar que os investimentos da diáspora chinesa no Vietnã vêm-se concentrando na indústria leve como fabricação de roupas, trabalhos de madeira e processamento de alimentos. As exportações de Taiwan e Hong Kong para o Vietnã acusam forte predominância de têxteis. Os reformistas vietnamitas têm dado, no entanto, grande atenção à reestruturação dos setores estratégicos modernos da economia: energia, comunicações e transportes, visando declaradamente à constituição de grandes empresas do tipo “tripé” (capitais nacionais públicos e privados e capitais estrangeiros) para ocuparem-se

desses setores. Em 1991, havia no Vietnã 12.000 empresas estatais, em vias agora de serem concentradas em 2.000, das quais algumas centenas no setor industrial. Entre estas últimas predominarão as empresas de capitais mistos, destacando-se as ocupadas com a produção e comercialização do petróleo.

O Vietnã é um exportador regional de carvão, mas é, sobretudo, a riqueza petrolífera do país que tem atraído os capitais internacionais. A produção de petróleo está em expansão, havendo saltado de menos de 3 milhões de toneladas, em 1990, para mais de 6 milhões em 1993. Os planos são chegar a 30 milhões de toneladas anuais na altura do ano 2000, com a ajuda de companhias estrangeiras. Até agora, em consequência do embargo imposto por Washington, as petrolíferas americanas estiveram fora do jogo e o terreno foi ocupado, sobretudo, por companhias europeias, as francesas em particular. Apesar da esperada entrada em cena das petrolíferas americanas, haverá certamente lugar, no petróleo vietnamita, para a BRASPETRO.

Voltando àquela indagação de se o Vietnã tem condições efetivas para ascender ao estatuto de NPI, cumpre assinalar que nem a intensificação dos laços com o capitalismo internacional chinês, nem os investimentos das transnacionais na economia de base do Vietnã poderão, por si sós, empurrar a industrialização do país. A contribuição da diáspora chinesa, baseada que está nos laços pessoais dos chineses étnicos da metade meridional do Vietnã com as populações de Taiwan e Hong Kong, vem tendo inclusive um efeito perverso, na medida em que agrava a tendência ao crescimento das disparidades regionais, visível em países (ex-União Soviética, ex-Iugoslávia) que abandonam a centralização econômica pela adoção direta da livre iniciativa. A descentralização econômica, concedendo maior poder decisório às autoridades locais ou provinciais, permite em geral surtos regionais de crescimento, mas com risco de confrontações e até rupturas políticas.

Outro aspecto desse problema é o da coincidência do centro do poder político com o do desenvolvimento econômico. Surgem situações como a da Tailândia ou da Indonésia, no Sudeste Asiático: a modernização concentrada numa única área metropolitana e o resto do país com parco desenvolvimento econômico. O Vietnã vê-se favorecido, nesse respeito, pela separação entre o poder político, no Norte, e o polo do desenvolvimento econômico, no Sul. Isso exige do governo central a implementação cuidadosa de estratégias de desenvolvimento, capazes de compensar e corrigir as disparidades regionais, com vistas à modernização harmônica da economia nacional. Em outubro de 1992, o governo de Hanói introduziu um sistema diversificado de incentivos fiscais aos investimentos estrangeiros, consoante o maior ou menor interesse governamental na industrialização das diversas regiões do país. Áreas como a da grande Cidade de Ho Chi Minh farão jus a incentivo zero.

Outra vantagem modernizante de que o Vietnã desfruta, relativamente aos seus vizinhos do Sudeste Asiático com exceção de Cingapura, é o da liquidação da velha ordem rural, levada a cabo no tocante ao Vietnã pela guerra e pela revolução comunista. O Vietnã segue sendo país essencialmente agrícola. A agricultura absorve 75% da força de trabalho e entra com 40% do PNB; também com 45% do total do valor exportado. Seu funcionamento é, no entanto, assegurado por 10 milhões de micropropriedades familiares de 0,2 a 5 hectares. Desde a descoletivização de 1988, a horticultura praticamente não recebe mais subsídios governamentais para a infraestrutura coletiva, o que não impediu que os preços dos produtos agrícolas baixassem de 22%, em 1993. Ou em outras palavras, o campo vietnamita já se desfez das estruturas sociais arcaicas que, na grossa maioria dos países subdesenvolvidos, atuam como entraves à modernização. Em princípio, pelo menos, o campesinato vietnamita poderá ser facilmente estimulado ao papel de poupadores e consumidores, imprescindível

para os primeiros passos da industrialização, e por força de consequência, para a introdução de métodos modernos, tecnologicamente avançados, de trabalho agrícola. De entre os filhos e netos dos atuais camponeses sairão levadas de profissionais bem treinados que comporão a futura elite dirigente do país.

Coloca-se, aí, o problema central de qualquer processo de industrialização tardia: o aparecimento de uma elite desenvolvimentista capaz de liderar o Estado na implementação do projeto nacional de modernização. No caso do Vietnã, e a julgar pelo que escreve um professor vietnamita no já mencionado artigo de **Le Monde Diplomatique**, outro possível celeiro de “empresários audaciosos, mais ou menos competentes e desejosos de servir a um Estado que seja o estrategista do desenvolvimento”, são as Forças Armadas. As quais, convém recordar, são naquele país um corpo não convencional, de forte extração popular e já com ampla presença na economia e na vida política. Cabe finalmente alinhar, entre os prováveis mananciais da elite desenvolvimentista do Vietnã, a diáspora vietnamita a que aludi mais atrás.

Os **vietkieus**, vietnamitas de ultramar, poderão ser 4 milhões até o fim do século. Metade deles viverá nos EUA e os outros distribuídos por países europeus e a Austrália. Já vêm esses imigrantes desempenhando importante papel na economia do Vietnã, com suas remessas de moeda forte que têm chegado ao bilhão de dólares anuais. Tomam impulso, também, as visitas deles à velha pátria, com o que se ativam comércio e turismo. A mais volumosa dessas correntes de visitantes é a procedente dos EUA, e sua simples existência ajudou bastante na superação das resistências domésticas americanas ao levantamento do embargo econômico ao Vietnã.

A expectativa é de que, com o passar do tempo e à imagem do acontecido com a diáspora chinesa, passe a diáspora vietnamita instalada nos países industrializados a despachar de volta cientistas e técnicos, de boa formação, para impulsionar o desenvolvimento tecnológico do país ancestral. A pregação de Nguyen Co Thach não está esquecida no Vietnã. Sob a **doi moi**, uma série de medidas foi introduzida a fim de integrar a ciência e a tecnologia no esforço de modernização nacional. O governo tem instigado os cientistas a tornarem mais autossuficientes seus institutos, aos quais as autoridades se limitam a fornecer água e eletricidade. A imprensa ocidental tem descrito casos de laboratórios em que os responsáveis cumprem contratos de trabalho no exterior, vários meses por ano, de modo a compensar a remuneração mensal de 20 dólares com que têm de manter-se no resto do tempo.

O Vietnã entre a geopolítica e a geoeconomia

Na seção anterior procurei apontar as potencialidades positivas e negativas à disposição do Vietnã, com vista à sua transformação em prazo médio num outro NPI do Leste Asiático. O sopesamento dessas potencialidades permite a conclusão realista de que, se tudo correr sofrivelmente bem, poderá o Vietnã estar-se posicionando, no começo do próximo século, para a largada na corrida por sua efetiva modernização. Mais dez ou quinze anos serão então necessários para que o Vietnã se aproxime do atual estágio de desenvolvimento da Coreia do Sul ou Taiwan.

Realista é também ter presente que a chave desse possível avanço não vai residir na adesão acrítica do Vietnã às receitas do chamado “Consenso de Washington”, que umas quantas instituições internacionais tentam fazer passar - aos olhos dos países latino-americanos em particular - como o segredo do êxito dos asiáticos. O êxito dos asiáticos teve muito que ver, sem dúvida, com o ajustamento das suas economias às exigências de um

mercado altamente competitivo. O que muitas vezes não se leva em conta, porém, é que os fluxos de comércio e de capitais deixados correr no Leste Asiático, no pós-Segunda Guerra Mundial, estiveram o tempo todo contidos por um quadro institucional montado na orla asiática do Pacífico, em torno de 1950, em conformidade com os interesses estratégicos da **Pax American**. A livre concorrência prosperou, naquela região, na medida em que o Estado hegemônico da época deixou margem, a Estados locais, para governarem seus respectivos mercados. Nesses limites, a qualidade dos resultados alcançados neste ou naquele país dependeu, é claro, do grau de profissionalismo e da clareza de visão das elites desenvolvimentistas nacionais.

A partir de meados dos anos 70 começou o refluxo da **Pax American**, e a economia internacional liberal montada pelos EUA passou a mal funcionar. Como é típico dos períodos de pós-hegemonia, o antigo hegemonia veio demonstrando dificuldade em adequar-se aos novos tempos. Marcados, no tocante ao Leste Asiático, pelo fortalecimento já no final dos anos 80 da interdependência e crescente autonomia de um sistema econômico centrado no avanço tecnológico e financeiro do Japão. Tentando caracterizar a essência dos dois momentos históricos, direi que entre as décadas de 50 e de 70 o progresso econômico do Leste Asiático esteve subordinado à geopolítica; a partir dos anos 80, a política ali começa a depender da geoeconomia.

O Vietnã está buscando inserir-se na comunidade das Nações e no mercado internacional em meio a essa mutação histórica. Robert A. Manning, um pesquisador da **George Washington University** que até março de 1993 figurava entre os formuladores da política asiática dos EUA, descreveu com precisão a nascente realidade, em número recente do **World Policy Journal**: “This burgeoning economic and technological dynamism is a principal unifying factor in the Pacific, reshaping the interests, outlooks, and conceptions of security for a new generation of decision-makers. The new logic of geo-economics, and the imperatives flowing from the Paramount importance attached to commercial and technological capabilities, is pitted against the traditional logic of geopolitics: new requirements for partnership versus lingering suspicions and old ideas of nationhood. This geo-economic logic also argues for a more expansive definition of what constitutes security - what has been termed ‘comprehensive security’. That is to say, the notion that a range of issues beyond the military balance - economic development, environment, refugee flows - is a factor in the security equation”.

A industrialização do Vietnã será em grande parte função da nova geoeconomia do Leste Asiático; do entrosamento, por exemplo, da economia vietnamita com o círculo de crescimento da Grande China do Sul. A simples potencialidade de um desenvolvimento está criando condições para a aproximação política do Vietnã com os EUA, por cima dos ressentimentos mútuos deixados por décadas de confrontação sangrenta. Em importantes setores governamentais e empresariais americanos, o Vietnã começa a ser visto como espécie de plataforma a partir da qual poderão os EUA conquistarem, para si, posições no novo eixo econômico do Leste Asiático. Os vietnamitas descobrem, numa evolução desse tipo, a oportunidade de um poderoso patrono para a sua própria modernização. Obter de Washington a cláusula de NMF é considerado em Hanói como muito mais valioso, em termos financeiros, do que o total de capitais que o Vietnã poderá levantar junto às instituições financeiras multilaterais.

A aproximação EUA-Vietnã possui, igualmente, importante dimensão estratégica, que vem sendo explorada com discrição. Trata-se da posição geográfica ocupada pelo Vietnã no coração de uma das áreas em que o Governo Clinton gostaria de ver “surgirem novos

mecanismos de gerenciamento ou de prevenção de problemas potenciais”, capazes de funcionar sem a necessidade de intervenção dos EUA - para usar a fórmula empregada pelo Secretário de Estado Adjunto Winston Lord. A área em questão é o Mar da China do Sul, onde as projeções de poder da China (no tocante, por exemplo, à prospecção petrolífera em zonas de soberania contestada no arquipélago das Spratley) já vêm causando preocupação. Cria força a ideia de que as políticas de defesa dos EUA e do Japão ganharão em coordenar-se a esse respeito com as intenções do Vietnã.

Através de publicações como a **Far Eastern Economic Review** e outras voltadas para os meandros da política e da economia do Leste Asiático, vem sendo possível acompanhar o discreto trabalho diplomático de “normalização” das relações EUA-Vietnã, encetado ainda em 1991, com as sucessivas missões ao Vietnã do General John Vessey. À sombra da busca de solução para o problema dos soldados americanos feitos prisioneiros durante a guerra, mas de cujos destinos não foi dada conta ao terminar o conflito (a questão dita dos **MIAs**, que se tornou bandeira de influentes **lobbies** nos EUA), o General Vessey teceu uma ampla rede de relações nos mais diversos setores do partido e do governo vietnamitas, preparando o terreno para o anúncio finalmente feito pelo Presidente americano (4/02/94), de que fora levantado o embargo ao comércio com o Vietnã, em vigor havia trinta anos. Os cuidados que cercaram esse anúncio, a fim de não provocar embaraços políticos domésticos para o Presidente Clinton, não foram suficientes para ocultar a dimensão estratégica da “normalização” das relações econômicas evidenciada através das significativas visitas feitas a Hanói, em dezembro de 1993, pelo Secretário de Estado-Adjunto Winston Lord e pelo Almirante Charles Larson, Comandante-em-Chefe da VII Esquadra americana.

Do lado vietnamita tudo se vem passando como se a principal preocupação das autoridades fosse passar uma esponja sobre as fases polêmicas da confrontação com os EUA. O episódio que tem sido posto em relevo, no quadro do relacionamento entre os dois países, é o da formação nos idos de 1945 de um destacamento misto, com oficiais americanos do **Office of Strategic Services**, lançados de paraquedas na selva, e guerrilheiros de Ho Chi Minh. O destacamento, cuja missão foi marchar sobre Hanói para desarmar os japoneses e partidários do regime de Vichy, teve como comandante o comunista Dam Quang Trung, hoje um influente general do regime vietnamita.

A ANSEA e o Pacífico

O pós-Camboja colocou a ANSEA frente a frente com as exigências do pós-hegemonia. Desde os anos 80 tomava corpo, nas capitais do Sudeste Asiático, um sentimento de inquietação quanto a não se mostrar a ANSEA à altura das previsíveis confrontações, entre os interesses nacionais e regionais dos países-membros e as modificações já visíveis no quadro político e econômico global. Em comentário recolhido pelo **Straits Times** (23/03/90), o Ministro do Exterior de Cingapura expressaria com franqueza e realismo a dúvida que seus pares vinham remoendo: “A ANSEA brilhou enquanto o Ocidente esteve vitalmente interessado no êxito de um agrupamento pró-ocidental de países do Terceiro Mundo. Vamos agora ter de trabalhar dobrado se quisermos manter a ANSEA relevante”. - explicou Wong Kan Seng.

Particularmente inquietante para os líderes da associação vinha sendo o fortalecimento da movimentação pan-pacífica. Até a abertura dos anos 80, a institucionalização da cooperação pan-pacífica estivera refreada pela preferência dos EUA de conduzirem em termos bilaterais, país por país, seu relacionamento com a bacia do Pacífico. Essa atitude do hegemona convinha aos pequenos países da área, como os reunidos na

ANSEA, os quais relutavam em se engajar em sistemas multilaterais com as grandes potências, em alguns casos os seus antigos colonizadores. Esta última circunstância, aliás, pesaria bastante na resistência da ANSEA em enquadrar-se em esquemas como o do Conselho Econômico da Ásia-Pacífico (a APEC da sigla inglesa), pelo temor de ver sufocada a “voz do Terceiro Mundo”, da qual os membros da ANSEA se consideram portadores, não sem alguma sinceridade. Na Indonésia e na Malásia, por exemplo, é forte a identificação com as posições do Movimento dos Não Alinhados.

Contra esse pano de fundo, os cinco fundadores da ANSEA desenvolveram um sistema de procedimentos e convenções, muito marcado pela evolução da Questão do Camboja, e que se mostrou eficaz em assegurar aos países-membros os benefícios de um apoio coletivo, nos problemas políticos e de defesa. Que lhes permitiu, ainda mais, sustentar um proveitoso diálogo em matérias econômicas, com seus grandes parceiros: os EUA, a CEE e o Japão. As reuniões anuais entre os Ministros do Exterior e da Economia dos países da ANSEA e o seletivo grupo de “parceiros do diálogo” representaram, até a fundação da APEC, o único foro multilateral governamental em funcionamento na Ásia-Pacífico. O documento de criação da APEC reconheceu a anterioridade dessas “conferências pós-ministeriais” da ANSEA, atribuindo-lhes papel especial no futuro.

Os mecanismos de consulta e de formação de consenso entre os membros, aprimorados pela ANSEA à sombra da Questão do Camboja, tinham sido lançados durante a crucial reunião de cúpula da associação em Bali (Indonésia), no mês de fevereiro de 1976. Na ocasião assinaram-se a Declaração de Concórdia e o Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático, documentos-chaves, que também chamaram a atenção dos países-membros para a necessidade de ativarem sua cooperação econômica. Esta outra vertente das preocupações da ANSEA figurava, na verdade, como a justificativa central da associação, continuamente reiterada, mas servindo quase sempre de véu para as realidades da cooperação política, inclusive no relacionamento com os poderosos parceiros externos. O alerta feito soar em Bali tampouco deslancharia um processo efetivo de cooperação econômica no quadro do Sudeste Asiático, conforme reconheceria, dez anos mais tarde, a Cúpula de Manila (dezembro de 1987). A essa altura, já se estavam tornando prementes as exigências do pós-hegemonia, mas quatro anos ainda iriam transcorrer até que a Cúpula de Cingapura (janeiro de 1992) desse um impulso timorato no sentido da criação da Área de Livre Comércio da ANSEA (ALCA).

O projeto da ALCA fora apresentado pela Tailândia, na reunião de 1991 dos Ministros do Exterior da ANSEA, realizada em Kuala Lumpur. A Indonésia, sem entusiasmo por medidas de abertura econômica, retrucara com um complicado esquema dito da Tarifa Preferencial Comum Efetiva (CEPT na sigla inglesa), que estabelece prazos distintos para países e mercadorias. Da cúpula de janeiro de 1992 saiu um compromisso, pelo qual foi ampliado o prazo para a entrada em vigor da ALCA, de dez para quinze anos, e o CEPT foi adotado como o mecanismo para a redução gradual das tarifas. As perspectivas de concretização da ALCA são bastante tênues.

Enquanto a ANSEA ia assim prosseguindo sua hesitante marcha no sentido da integração econômica sub-regional, ganhava impulso a disposição do Japão de expandir suas atividades econômicas no Sudeste Asiático, dando início ao que personalidades da área como o antigo Ministro das Relações Exteriores da Indonésia, Mochtar Kusumaatmadja, descrevem como o terceiro estágio do desenvolvimento das economias da ANSEA: a fase do crescimento puxado pelo Japão. Estão essas economias sendo arrastadas a integrar-se numa nova divisão regional do trabalho, típica do atual período de pós-hegemonia.

Parece apropriado introduzir, aqui, algumas considerações de ordem teórica sobre minha contínua referência ao pós-hegemonia. Não há, no caso, intenção crítica em relação ao período anterior, da estabilidade hegemônica liderada pelos EUA. Estou apenas adotando a tese, amplamente aceita por cientistas políticos, de uma recorrência histórica de períodos de hegemonia e, necessariamente, de períodos intermediários, pós-hegemônicos. Existe, hoje, toda uma douta literatura procurando definir as características desses diversos períodos e explicar os mecanismos políticos e econômicos das suas ocorrências. Não será este o lugar para aprofundar o assunto. Limitar-me-ei a algumas observações que ajudarão a captar o dinamismo das transformações em curso no Leste Asiático.

Para o estabelecimento da ordem mundial característica dos períodos de estabilidade hegemônica é imprescindível a existência de um país com a aptidão e a determinação de assumir a posição de hegemonia. Os autores divergem na identificação do atributo que revela a aptidão a líder. A preponderância militar é o atributo mais geralmente aceito, mas há quem destaque a primazia econômica ou, com mais razão, insista na necessidade de uma combinação desses dois fatores. Examinando-se com atenção as duas fases de estabilidade hegemônica da Idade Industrial - a **Pax Britannica** e a **Pax American** - salta aos olhos a ocorrência, no cerne da primazia econômica do país líder, de um paradigma sociotecnológico que serviu como modelo da modernidade do período. Só era “moderno”, habilitado a desfrutar das benesses da ordem mundial prevalecente, o país que soubesse ou pudesse organizar sua sociedade e sua economia em conformidade com o paradigma universalizado pelo hegemonia. A visão da evolução histórica como sucessão dinâmica de paradigmas sociotecnológicos, cada um deles desdobrando-se do anterior em função da transformação tecnológica, só recentemente começou a impor-se aos espíritos. Haja vista o titubeio atual na busca de compreender o “mundo do pós-Guerra Fria”, privilegiando o fator militar, quando a verdade é que a linha divisória entre a velha ordem e a ordem mundial ainda por constituir-se aparece bem clara no esgotamento, na década de 70, do valor estruturante do paradigma americano da II Revolução Industrial. Os vestígios da preponderância militar dos EUA seguem presentes, e ampliou-se inclusive a parcela do globo que tira vantagem da existência desse guardião da lei e da ordem. Mas a economia mundial está tendo de reorganizar-se segundo novos parâmetros, aos quais os próprios EUA vão tendo dificuldade em adequar-se.

Tal foi o mundo pós-hegemônico diante de cujas exigências encontrou-se a ANSEA, quando a superação da Questão do Camboja a sacudiu da quietude confortável sob a qual prosperara.

O Pacífico Ocidental foi uma das áreas do globo que mais preocuparam os estrategistas da **Pax American**. O fortalecimento econômico do Japão foi a base sobre a qual se levantou o dispositivo de contenção do comunismo, na margem asiática do Pacífico, e para garantir a prosperidade da “oficina natural do Oriente”, viram-se as economias primário-exportadoras do Sudeste Asiático atreladas à reindustrialização do Japão. Como supridoras de matérias primas minerais e alimentares, e absorvedoras das manufaturas de baixa e média tecnologia que o Japão devia produzir. À margem dessa “esfera comercial do Leste” prosperaram Coreia do Sul e Taiwan, os dois mais bem sucedidos ensaios de industrialização tardia da segunda metade do século XX. Já mencionei como todo esse conjunto encetou caminho próprio nos anos 70, sob o impulso dinâmico do Japão e levando consigo a China. E como, no final dos anos 80, transformou-se o conjunto num sistema solidário e dinâmico, prenunciador dos relacionamentos econômicos e estratégicos do século XXI.

Os próprios japoneses se encarregaram de levar aos países da ANSEA a boa nova de que a tradicional interdependência entre as respectivas economias ia agora obedecer a critérios mais consentâneos com as alterações havidas na liderança do Pacífico Ocidental. A supremacia incontestável dos EUA na região, fosse no plano militar fosse no plano econômico, era coisa do passado. As duas esferas de atuação hegemônica haviam sido desconectadas. Não pretendia o Japão contestar a ascendência militar dos EUA, e tinha inclusive interesse em ver os americanos tranquilizando as capitais do Sudeste Asiático quanto ao eventual ressurgimento do expansionismo japonês. Mas convinha ter presente que o Japão ascendera o líder financeiro do mundo e principal distribuidor de ajuda econômica oficial.

Mensagens desse tipo foram transmitidas à ANSEA em várias oportunidades: pelo Ministro Tamura, do MITI, numa reunião em Bangkok, em meados de 1987; pelo Primeiro Ministro Takeshita, em dezembro do mesmo ano, na Cúpula de Manila; pelo Ministro do Exterior Nakayama, na reunião dos “parceiros do diálogo”, após a Conferência Ministerial de 1991, em Kuala Lumpur. Nakayama indicou a determinação de Tóquio de participar com mais vigor no encaminhamento das questões de segurança do Sudeste Asiático, expressando a concordância do Japão com a ideia em discussão no âmbito dos Institutos de Estudos Estratégicos da ANSEA, no sentido de transformar as conferências pós-ministeriais em foro para o debate, com os parceiros de fora, dos problemas de defesa da região. Embora essa manifestação de interesse do Japão por assunto que lhe era tradicionalmente proibido tenha ocasionado reações negativas, a Cúpula de Cingapura (janeiro de 1992) estabeleceu que “a ANSEA deve intensificar os seus diálogos externos em matérias políticas e de segurança, através das conferências pós-ministeriais da associação”. A fórmula usada não representou, contudo, a institucionalização desse foro.

A ANSEA manteve-se, na verdade, fiel à estrutura de defesa herdada da época da hegemonia americana, e que se desdobra em três planos. Os EUA efetuam exercícios militares bilaterais com cada um dos membros da ANSEA. Os membros do Arranjo de Defesa das Cinco Potências (Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Cingapura) efetuam seus exercícios conjuntos. Os países da ANSEA conduzem entre si exercícios bilaterais. O fato é que as clivagens do Sudeste Asiático e a grande desproporção de poderio militar entre os países da área e seus eventuais aliados externos têm impedido tradicionalmente o engajamento da ANSEA em esquemas de segurança coletiva. Desenvolvimentos inesperados poderão daí sair para a associação, na época do pós-hegemonia. Em janeiro de 1993, num discurso de impacto pronunciado em Bangkok, o Primeiro Ministro Miyazawa deu um passo mais na desenvoltura com que o Japão passou a manifestar-se no tocante às necessidades de defesa da Ásia-Pacífico, anunciando a disposição de Tóquio de participar de um foro multilateral de segurança para a Ásia, segundo o modelo da Conferência Europeia de Segurança e Cooperação. A Austrália já vinha promovendo ideia nesse sentido, utilizando o quadro institucional da APEC.

Também na esfera econômica está o pós-hegemonia colocando para a ANSEA a necessidade de bem dimensionar suas pretensões sub-regionais, a fim de não ver sua importância diluída no quadro maior da cooperação pan-pacífica. As pressões vêm, no caso, sobretudo da parte das firmas japonesas, em confirmação mais uma vez da concorrência, no atual período de pós-hegemonia, de duas tendências da economia mundial: de um lado, a regionalização, expressando a obrigação que ainda incumbe aos Estados nacionais de cuidarem da paz e da guerra entre os povos, bem como da ordem interna e do bem estar geral nos territórios sob sua soberania; de outro lado a chamada globalização, resultado do desejo

de firmas poderosas de atuarem em escala mundial. Forma superior da multinacionalização, a globalização não é uma etapa necessária do processo de concentração dos capitais, muito menos uma fatalidade histórica. Ela é, antes de qualquer coisa, uma estratégia de expansão dos negócios, a que recorre firma cheia de dinamismo, insatisfeita com as oportunidades limitadas que o mercado interno veio a oferecer para o aproveitamento ótimo dos recursos de conhecimento e capacidade gerencial pela firma acumulados.

Até meados dos anos 80, poucas firmas japonesas investiam diretamente no exterior. A exceção eram as companhias gerais de comércio existentes no quadro de cada um dos grandes conglomerados comerciais-industriais, e que se encarregavam de organizar a produção e circulação, no âmbito mundial, das matérias primas necessárias à rodagem da economia japonesa. Foi só depois da já mencionada intervenção do Grupo dos 5 no mercado monetário mundial que tomou vulto a efetiva internacionalização das firmas industriais japonesas, partes integrantes como as companhias gerais de comércio dos diversos conglomerados, os **keiretsus**.

Duas motivações principais deslancharam a globalização das firmas industriais japonesas. O fortalecimento do iene diante do dólar tornou o mercado doméstico japonês mais acessível às manufaturas dos EUA (objetivo buscado pela manipulação cambial do G-5), mas aumentou em contrapartida o poder aquisitivo do iene, abrindo caminho para o surto de aquisições e investimentos do final dos anos 80, que transferiu para os EUA e a Europa Ocidental uma parte da produção do Japão. Simultaneamente, o maior conteúdo tecnológico da nova produção japonesa passara a reduzir a importância das companhias gerais de comércio na exportação das manufaturas dos **keiretsus**: eram elas agora vendidas em pequenos lotes, e beneficiavam-se com a existência de instalações de apoio e serviços de pós-venda, tudo o que aconselhava a presença local do próprio fabricante.

Após um primeiro momento de expansão no quadro da OCDE, as firmas japonesas voltaram suas vistas para os países vizinhos, a China inclusive. Ao se deslocarem para o Leste Asiático, os grandes fabricantes arrastaram consigo um enxame de pequenas e médias empresas e logo se constituiria o que os próprios japoneses chamam “um colar estratégico de bases de investimento”. No Sudeste Asiático, três economias primário-exportadoras - a Tailândia, a Malásia e, mais recentemente, a Indonésia - foram particularmente sacudidas pela globalização das firmas japonesas, num movimento que é acompanhado de perto por funcionários do MITI, convenientemente lotados nas Embaixadas japonesas do Sudeste Asiático. São os resultados adequadamente quantificados dessa interação entre a globalização das firmas japonesas e as economias primário-exportadoras do Sudeste Asiático que, sobretudo, fornecem a base para as especulações, tão correntes na imprensa internacional, a propósito da “segunda geração de tigres” e simplificações no gênero. A esse respeito, só poderei avançar nos limites deste trabalho que nenhuma das três economias citadas pôde ainda encetar um verdadeiro processo de industrialização tardia, à maneira dos NPIs.

Nem mesmo está garantido que os fabricantes japoneses sigam interessados em desdobrar suas produções por países da ANSEA (Cingapura, NPI de pleno direito, fica evidentemente fora destas considerações). A vaga dos investimentos diretos japoneses pode passar, ou porque se sature a margem de absorção dos mesmos oferecida pelas infraestruturas dos países recebedores, ou porque alterações tecnológicas ou legais, no Japão, induzam as firmas japonesas a utilizar os fatores domésticos de produção. Esse é um risco sempre à espreita de países que se voltem para a “industrialização puxada pelas exportações” (IPE), apoiados essencialmente nos investimentos diretos estrangeiros. Vale dizer, sem a adequada

preparação do terreno nacional para a exigente marcha no sentido da industrialização tardia, através de bem concebidas e bem implementadas políticas de capacitação tecnológica e formação de recursos humanos.

Deste outro tipo foram as experiências da Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura, países que se modernizaram (nunca é demais repetir) sob a orientação de eficientes Estados desenvolvimentistas. Bem distintos dos ineficientes Estados da planificação centralizada, porque neles o Estado sabe atuar por meio do mercado e para o bem do mercado. Nos países da ANSEA, tirante Cingapura, não está patente a emergência de Estados assim inspirados na experiência japonesa, e isso levanta dúvidas sobre o futuro da modernização das respectivas economias e até sobre a factibilidade de iniciativas como a ALCA.

A cooperação econômica intra-ANSEA marcou passo enquanto reinou a estabilidade hegemônica da **Pax American**, fundamentalmente por motivos bem conhecidos na América Latina e que podem ser resumidos citando-se a estreiteza dos mercados internos regionais e a falta de complementaridade entre as economias da área. Os países da ANSEA estavam verticalmente integrados a economias metropolitanas, e cada um deles levava adiante, com a sabedoria, os créditos e a tecnologia que pudesse mobilizar, o processo da sua própria modernização. Os “parceiros do diálogo” cuidavam de que tudo acontecesse em termos de economia de mercado, e o crescimento dos países da ANSEA era exibido como evidência da superioridade do capitalismo diante do socialismo dos países indochineses e da China. Não deixa, assim, de causar espécie a insistência com que esses mesmos esforços passaram a ser criticados, desde o final dos anos 80, como expressões da curteza de visão de burocratas empenhados na construção de economias nacionais autossuficientes. Para redimir os países da ANSEA do atraso acarretado pelas velhas políticas de substituição das importações, trata-se agora de incitá-los a que abandonem a ideia de “desenvolvimento voltado para o interior”, em favor do “desenvolvimento voltado para fora”. A ALCA vem sendo apresentada como obedecendo a essa nova filosofia. Resta ver se as medidas de “abertura” que estão sendo incentivadas vão ser de molde a sobrepor-se aos “impedimentos estruturais”, que os países da ANSEA vieram acumulando ao longo das respectivas histórias contra o funcionamento de uma economia efetivamente moderna.

Chegar a esse resultado contando apenas com o impulso da globalização das firmas japonesas será bastante difícil. Felizmente para os países da ANSEA, está também ativo na Ásia-Pacífico aquele outro fator modernizante a que me referi, a propósito do Vietnã. Ou seja, o capitalismo internacional chinês, que não é senão a mobilização, em termos modernos e sob a orientação crescente da geração mais jovem da diáspora chinesa, dos colossais ativos (algo entre 1,5 e 2 trilhões de dólares) acumulados nos últimos cem anos nas mãos das comunidades chinesas da Ásia-Pacífico. A alusão aos jovens da diáspora tem importância porque é no seio deles que se vão destacando homens e mulheres formados nas melhores universidades do Ocidente, os quais se mostram aptos a superar o distanciamento dos seus pais e avós em relação a investimentos industriais. Os novos capitalistas chineses estão contribuindo, a partir das suas bases principais em Taiwan, Hong Kong e Cingapura, para mudar a face do Sudeste Asiático, talvez de forma mais profunda e permanente do que o vai fazendo a expansão das firmas japonesas.

Foi a própria China Central que eletrizou a diáspora, levando-a a comportar-se interligadamente como um novo fator de estruturação e modernização da orla asiática do Pacífico. Tudo para a maior glória da China, evidentemente. Em torno da massa continental chinesa (o Sudeste Asiático podendo ser visualizado como extensão dessa massa), veio-se constituindo nos anos 80 um verdadeiro colar de zonas econômicas, abarcando países em

diferentes estágios de desenvolvimento e procedentes, inclusive, de distintos sistemas econômicos e políticos, as quais se vão transformando em polos dinâmicos de crescimento, orientados para a III Revolução Industrial. A este último respeito, é significativo o rompimento prático, na constituição das zonas, com as cisões ideológicas da época da hegemonia americana: economias capitalistas e socialistas cooperam na busca de formas inovadoras de convivência, com as fronteiras nacionais deixando de serem barreiras a defender para surgir como linhas de transição a aplainar. A proximidade física vai deixando de ser potencialidade de conflito para tornar-se fator de complementaridade no desenvolvimento regional.

A origem dessa verdadeira revolução na geoeconomia do Leste Asiático é encontrável na decisão dos reformistas de Pequim de criarem, em 1980, quatro zonas econômicas especiais claramente planejadas para entrosar a modernização do Sul da China com as casas de força financeiras e tecnológicas que já começavam a ser Taiwan e Hong Kong. Quando se considera, hoje, a totalidade do processo assim deslançado, é interessante descobrir o capitalismo internacional chinês obedecendo a impulsos comparáveis aos das grandes firmas japonesas em instância de globalização. Comunidades de chineses distribuídas pelo Leste Asiático e já chegadas, como no caso de Cingapura, aos limites locais do seu dinamismo, desdobram-se para além das fronteiras nacionais, a fim de darem aproveitamento ótimo aos recursos de conhecimento técnico e capacidade gerencial pelas comunidades acumulados. Situações desse tipo começam a surgir no quadro da ANSEA, com potencialidade talvez para dar maior substância à cooperação econômica regional do que as plataformas de exportação instaladas por firmas transnacionais, japonesas ou outras.

O caso mais avançado das zonas econômicas do Sudeste Asiático é o “triângulo de crescimento”, lançado formalmente em 1990, sob impulsão do Governo de Cingapura, e que interligou com a cidade-estado, de maneira a utilizar sua infraestrutura de transportes internacionais e telecomunicações, seus avanços tecnológicos e sua capacidade gerencial, o Estado de Johor (membro da Federação da Malásia) e o Arquipélago das Riau, na Indonésia. O êxito que vem exibindo a iniciativa cingapuriana começa a suscitar imitadores, estando em fase de organização, por exemplo, um triângulo centrado na ilha de Penang, na costa malaia no Estreito de Malaca, uma área da ilha indonésia de Sumatra, no outro lado do estreito, e uma área vizinha no território tailandês. Digna de registro é a presença básica, nesses empreendimentos, de capitais das comunidades chinesas dos países envolvidos. No caso de Penang, um dos principais bastiões dos chineses étnicos da Malásia e sede, já, de ativa plataforma da indústria transnacional da eletrônica no Sudeste Asiático, o grande promotor da ideia do triângulo de crescimento é o respeitado e enérgico líder da comunidade chinesa.

É importante acentuar, contudo, que os chineses étnicos dos países da ANSEA (de todos eles, não somente os do NPI Cingapura) estão ganhando vulto também como investidores para lá das fronteiras da associação. Vale dizer, o capitalismo internacional chinês não somente adensa a cooperação econômica intra-ANSEA, como igualmente empurra as economias da área no sentido do regionalismo pan-pacífico. Já em 1986, na reunião anual dos Institutos de Estudos Estratégicos e Internacionais da ANSEA, o indonésio Hadi Soesastro colocou para os pesquisadores reunidos em Kuala Lumpur a urgência de se debruçarem sobre o problema da atração que o regionalismo pan-pacífico começava a exercer sobre a ANSEA. Os institutos em apreço são influentes células de reflexão, existentes em todos os países-membros de forma não oficial, mas com o evidente beneplácito dos respectivos governos, e que se concentram no estudo prospectivo das grandes questões internacionais capazes de afetar seus países. Soesastro propôs a seus colegas a seguinte

proposição: “Para onde deseja ir a ANSEA e como pretende a associação relacionar-se com o espaço mais amplo do Pacífico?”

Foi preciso esperar o pós-Camboja e o choque da descoberta das exigências que estava trazendo o pós-hegemonia, para que os governos da ANSEA se resignassem a retirar o desafio do Pacífico do ambiente especulativo dos IEEIs, produzindo o compromisso mais político do que econômico da criação da ALCA. Analistas argutos da história da associação tendem a realçar as realizações da ANSEA nas esferas política e diplomática, louvando-as não tanto como conquistas de valor geral e sim como vias, e simultaneamente maneiras, para a obtenção de benefícios pelos países-membros. A ANSEA avançara pouco no tocante à cooperação econômica, mas nem por isso vinha deixando de conseguir vantagens no relacionamento com os “parceiros do diálogo” ou na atratividade para os investimentos externos. Os governos associados têm todo interesse em manter viva a ANSEA, resta ver se e como vão consegui-lo diante do desafio do Pacífico.

Um crucial período de especulações teóricas e ajustamentos práticos está se abrindo no Sudeste Asiático, e a diplomacia brasileira muito terá a ganhar em segui-lo de perto.

Campinas, 15 de maio de 1994.

RESENHAS

Elaboradas sob a Coordenação do Departamento de Ciência Política e
Relações Internacionais da Universidade de Brasília

1. “Evening Chats in Beijing: Probing China’s Predicament”, Perry Link. W. W Norton & Co. New York, London, 1992.

“Evening Chats in Beijing” é um livro sobre a China, mas não somente. É também um livro escrito por um intelectual ocidental para leitores ocidentais, mas não somente. Fundamentalmente, trata da evolução do papel dos intelectuais na China e de seu relacionamento com o Estado e com outros atores sociais, mas não somente. Em suma, trata-se de um livro instigante, no qual se discutem os problemas mais graves ora enfrentados pela sociedade chinesa de uma maneira profunda e consistente, sobre uma sólida base histórica e filosófica.

Perry Link estuda a cultura chinesa há cerca de quatro décadas. Conhece muito bem a história e a literatura chinesa, convive privadamente com intelectuais chineses e, aparentemente, confunde-se com eles. Suas pesquisas e seu contato permanente com intelectuais chineses na própria China, em Taiwan e nos Estados Unidos produziram livros sobre diferentes aspectos da vida e da cultura chinesa, dos quais “Evening Chats...” constitui excelente exemplo e revela, a um tempo, certo distanciamento e capacidade de análise objetiva de uma realidade social - algo mais fácil para um estrangeiro -, e um profundo conhecimento dos valores desta sociedade e da própria cosmovisão de um chinês. De fato, em vários momentos deste livro, o autor comete aquilo que em psicologia se convencionou chamar de ato falho, principalmente ao analisar o governo chinês, esquecendo sua condição de estrangeiro e incluindo-se entre os intelectuais chineses. Em paralelo, sua formação filosófica permite-lhe aprofundar discussões, por exemplo, sobre a maneira pela qual a linguagem conforma as relações humanas no contexto de uma sociedade marcada por rígidos valores; sua informação histórica favorece comparações (ora com a Europa do Leste, ora com os Estados Unidos, ou ainda com outros países asiáticos) bastante esclarecedoras da situação atual da China.

“Evening Chats in Beijing” é fruto da experiência do autor no cargo de Diretor do Comitê de Consulta Acadêmica com a República Popular da China, entre 1989 e 1991, quando ele pôde refletir mais detidamente sobre o papel dos intelectuais na China contemporânea - sobretudo acerca de sua relação com os burocratas do governo -, já que tinha, por obrigação profissional, que lidar diretamente com uns e outros. Fruto de pesquisas bibliográficas e, sobretudo, das discussões do autor com diversos intelectuais chineses, o livro constitui um conjunto de ensaios que sintetizam a análise feita por estes intelectuais chineses da China contemporânea e seus problemas estruturais e conjunturais, bem como do papel por eles desempenhado na sociedade chinesa contemporânea.

Nesse sentido, Link revela a profunda autocrítica que fazem os intelectuais chineses ao discutir a ambiguidade característica de seu relacionamento com os burocratas do governo, expressa de maneira inequívoca, embora disfarçada, nos escritos dos intelectuais, e sem disfarces em suas discussões coloquiais; o próprio tratamento que dispensam aos

governantes, “eles”, sem necessidade de maiores qualificações, reflete algumas características do sentimento e do comportamento dos intelectuais em relação aos governantes: familiaridade e austeridade, alienação e subserviência.

Aparentemente, nada define melhor o padrão deste relacionamento, ou, por outra, a maneira pela qual os intelectuais transformam e são transformados pela sociedade chinesa ao longo do tempo, do que a linguagem formal e informal utilizada por governantes e intelectuais para descrever os grandes problemas do Estado e da sociedade, para identificar os componentes reais e os desejáveis, para apontar os caminhos a seguir.

Ao longo do texto, o autor discute recorrentemente os jogos de linguagem comuns entre os chineses, partindo do pressuposto de que esta discussão ilumina muito as questões sociológicas enfocadas, por pelo menos dois bons motivos: tradicionalmente, na China, a linguagem significa um importante instrumento de poder, ao permitir a manipulação de símbolos, a conformação do imaginário coletivo, a indução do comportamento dos principais atores sociais; em paralelo, os intelectuais expressam seus pensamentos pela linguagem (o que, na cultura chinesa, significa agir), e se o fazem com propriedade, fazem-no atentando para os dois sentidos da palavra: o moral e o prático. Em outros termos, deve haver uma correspondência entre o discurso e a maneira pela qual deve ser vista a questão que se discute, assim como deve existir uma correspondência entre o discurso e aquilo que a audiência espera ouvir - isto é, a linguagem deve ser, a um tempo, prudente e convincente. Assim, o estilo, a forma pela qual as ideias são expressas é inseparável do próprio conteúdo destas ideias, e expressá-las significa agir no contexto social.

Dessa maneira, é preciso que o intelectual fale, mas que tenha cuidado com as palavras. O respeito ao componente moral, quase religioso, da linguagem leva os intelectuais a não apontar formalmente alguns dos mais graves problemas da sociedade chinesa. Por exemplo, embora se insista em reavaliar a Revolução Cultural, seus horrores são comentados oralmente, mas não são escritos sequer em obras de ficção. A enorme repressão do governo, por sua vez, assegura um comportamento “próprio” dos intelectuais, que preferem escrever de modo ambíguo, irônico ou até neutro a não escrever de modo algum. Outra motivação leva os intelectuais a agir de maneira, por assim dizer, politicamente correta: a possibilidade de servir ao Estado. Uma vez mais, revela-se o paradoxo da relação entre burocratas e intelectuais, estando estes diante do dilema de criticar o governo, a fim de preservar a sua integridade moral, ou aumentar sua influência sobre o governo, procurando transformá-lo a partir de sua própria estrutura.

De seu lado, o governo utiliza a linguagem conforme seus interesses. As leis e os comunicados dos burocratas caracterizam-se por sua imprecisão, e, crescentemente, por sua pobreza linguística e gramatical (devido aos critérios atualmente utilizados para a seleção dos burocratas), de modo que a definição do certo e do errado, do legal e do ilegal permanece vaga, abrindo espaço para atitudes discricionárias dos governantes e forçando as pessoas de modo geral, e os intelectuais em particular, a uma extrema autocensura. Afinal, além da linguagem oficial, qualquer expressão pode ser interpretada da maneira que o burocrata quiser. Mais que isso, o governo promove a associação de ideias absolutamente distintas e não relacionadas, com vistas a condicionar o comportamento da população. Por exemplo, a mesma palavra utilizada para descrever certa “doença do amor ao capitalismo” (qualquer atitude ou expressão que o responsável por uma unidade de trabalho enxergue como sendo contrária aos interesses do partido) é também utilizada com o significado de AIDS. No imaginário social, amor ao capitalismo associa-se à ideia de uma doença dolorosa e letal.

Outro comum jogo de linguagem desenvolvido pelo governo consiste em associar os lemas e símbolos nacionais aos do partido, buscando basear sua legitimidade no valor possivelmente mais caro ao povo chinês: o patriotismo. Assim, amar a Pátria passa a significar amar o partido, única instituição capaz de conduzir o país à verdade, isto é, ao caminho do socialismo tal como expresso pelo pensamento de Marx, Lenin e Mao Tsé-Tung, culminando na ditadura do proletariado. Estas “verdades” são cuidadosamente repetidas e disseminadas pelo governo que, dessa maneira, se coloca formalmente em uma posição de superioridade moral, procurando legitimar-se por meio do apelo a valores tradicionais.

Além da manipulação dos símbolos e do imaginário social, estes jogos de linguagem servem também de instrumentos para que o governo construa a realidade da maneira que lhe interesse. Literalmente, os fatos são distorcidos pelas visões oficialmente reconhecidas pelo governo como sendo verdadeiras. Em consequência, embora leiam nas entrelinhas e utilizem as versões oficiais para saber “para que lado está soprando o vento”, os intelectuais encontram-se diante de elementos que colocam em xeque o seu papel social: preocupam-se fundamentalmente com os grandes problemas da sociedade chinesa e, por assim dizer, com os rumos do país, mas suas reflexões já não são ouvidas pelos burocratas, que teriam o papel de ouvir os intelectuais e participar da formulação e implementação das soluções para os problemas do país; são obrigados a aceitar as versões oficiais, por conseguinte, a distorção da verdade; e perdem o respeito de outras camadas da população, que tradicionalmente conferem aos intelectuais a responsabilidade de indicar ao país os caminhos a percorrer.

Nesse contexto, ademais, os intelectuais sofreram uma contínua e crescente degradação de suas condições de vida. Em verdade, a pobreza característica da sociedade chinesa coloca dificuldades para o acesso a bens de consumo básico: alimentação e moradia, por exemplo, além de outros bens que passam a ser vistos como conforto, tais como telefone, vestuário algo mais sofisticado, livros e periódicos de modo geral. Tal situação gera pelo menos duas espécies de divisão entre os intelectuais, colocando em questão, uma vez mais, seu papel social: de um lado, face à perseguição e ao comportamento hostil dos burocratas, parte dos intelectuais é levada a questionar seu papel tradicional, enraizado nos ensinamentos de Confúcius e Mencius, que admitem a natureza humana como sendo essencialmente boa e passível de aperfeiçoamento pela educação, motivo pelo qual se atribui aos intelectuais o dever de servir à sociedade, pela via do Estado, e de serem “the first[s] in the world to assume its worries, the last[s] to enjoy its pleasures” (in Link, p. 12).

De outro lado, a solidariedade entre os intelectuais é minada pelas disputas que inevitavelmente surgem entre eles por melhores cargos, por maior influência, pelo acesso a melhores condições de vida. Tais disputas agudizam-se entre intelectuais que sempre estiveram na China e os que experimentaram trabalhar no exterior.

Na verdade, este tipo de estímulo à competição não ocorre apenas entre intelectuais, mas no âmbito de todos os grupos sociais na China, como resultado de um processo de degradação moral por que passa a sociedade chinesa, em virtude do padrão de relacionamento “self-help” implementado pelo governo comunista, que também estimulou - e estimula - a delação e, principalmente, da centralização nas unidades de trabalho das decisões sobre a distribuição de recursos e até mesmo sobre a vida pessoal dos cidadãos, o que abre enorme espaço para a corrupção dos burocratas. Para agravar o quadro de degradação moral, observam os intelectuais, aqueles que tradicionalmente servem - e deveriam servir - de padrão de conduta moral para o conjunto da sociedade chinesa, a saber, os intelectuais e os governantes, competem entre si e são os primeiros a falhar nesta missão; os intelectuais por

verem decadente sua influência sobre o governo e sobre a sociedade como um todo; os governantes por se apropriar de seus cargos, utilizando-os apenas para construir uma rede de relações que lhes permita ascender na carreira burocrática e ter acesso a bens materiais de alta qualidade.

Nesse contexto, a corrupção se tornou moeda corrente, o nepotismo, critério para a nomeação de burocratas, que, exatamente pela ambiguidade dos textos legais e pelos jogos de linguagem, utilizam, como norte de suas decisões, seus próprios interesses, onde inclui a diminuição da influência dos intelectuais sobre a sociedade chinesa, como evidenciam as campanhas contra os intelectuais nas décadas de 50 e 60 e, mais recentemente, a Revolução Cultural. Principalmente, ressalta-se o descuido do governo em relação à educação popular, ora interpretado como falta de visão estratégica e da certeza de possuir a verdade incontestável na doutrina marxista-leninista-maoista, ora como resultado de uma política deliberada do governo visando a confinar na ignorância as massas e a impedir o aumento da influência dos intelectuais.

Dessa maneira, a própria crise econômica por que passa a China (embora sua economia venha crescendo muito nos últimos anos, os problemas sociais permanecem, em especial o da distribuição de renda), explicam os intelectuais, deve-se em larga medida à organização burocrática em unidades de trabalho, o que desestimula a competitividade, visto que o principal fator de coesão social é a posição social de cada indivíduo, de modo que cada um tem por principal interesse agradar a seus superiores.

No que lhes diz respeito, os intelectuais procuram cumprir o que julgam ser o seu papel social, mas enfrentam dilemas que colocam em xeque sua própria sobrevivência, mais que seu bem-estar. Obviamente, há os que emigram, os que aderem ao governo. Mas há também os que procuram manter uma porta aberta em seu relacionamento com o governo, a fim de transformar o partido e o governo em sua essência; há os que criticam abertamente o governo, expressando o pensamento de grande parte da sociedade, em geral apenas quando já são conhecidos o suficiente para não ter suas vidas ameaçadas, e, dessa maneira, constituem uma nobre oposição aos burocratas.

Via de regra considerados pertencentes à geração antiga (educados antes de 1949) dos intelectuais chineses, ou com ela identificados, esses intelectuais revelam um conhecimento mais consistente da cultura chinesa, e, ao contrário dos que são vistos como pertencentes à geração de meia-idade (educados nos anos de 1950/60), à dos jovens (educados depois da Revolução Cultural), ou, ainda, à dos muitos jovens (educados nos anos 1980), não apontam soluções para a crise chinesa no caminho marxista-leninista-maoista, nem na defesa do ainda maior fortalecimento da autoridade do Estado, a partir da qual se promoveria uma reorientação da economia chinesa, seguindo o caminho percorrido, por exemplo, por Taiwan.

Em outros termos, esses intelectuais, que granjeiam a simpatia de um bom número de intelectuais muito jovens, procuram discutir a complexidade dos problemas enfrentados pela China, a maneira pela qual a organização da economia e da sociedade contribui para gerar os graves problemas ora enfrentados pelo país, as disfunções da burocracia governamental, ou dilemas colocados diante dos intelectuais; em suma, todo o processo histórico que culminou no massacre da Praça da Paz Celestial. Conscientemente ou não, ao discutir (embora nem sempre abertamente, por causa da repressão) todos estes problemas da China contemporânea, esses intelectuais reabilitam o papel tradicional que têm na sociedade chinesa, e procuram fortalecer antigos valores, qual o patriotismo, o papel diferenciado da China no plano internacional e a educação como forma de aperfeiçoamento da natureza

humana. Não é por acaso, de resto, que os estudantes massacrados em Tiananmen receberam enorme apoio de todas as camadas da população.

Em resumo, em “Evening Chats in Beijing” Perry Link discute a China, e o faz muito bem. Mais que isso, discute temas que transcendem a China e os problemas chineses, sendo, portanto, de enorme interesse para os intelectuais que se preocupam com questões tais como: o papel dos intelectuais na sociedade; a maneira pela qual a liberdade de expressão ou sua ausência condicionam as relações sociais; a melhor forma de organização política e social; os problemas inerentes a uma economia centralmente planejada; a corrupção e suas consequências para a ordem social; a maneira pela qual a crise econômica afeta as relações entre os atores sociais, de um ponto de vista moral e humano; a linguagem como mediadora das relações humanas. Cabe lembrar que estes temas são de crescente importância não apenas para a China (e o que afeta a China afeta o cenário internacional em seu conjunto, face à evolução recente deste país no plano das relações internacionais), mas para outros países, em especial os em desenvolvimento. Para os leitores brasileiros ou interessados nos problemas mais graves de nosso país, o livro possui estímulos adicionais, em virtude das surpreendentes (ou não tanto) semelhanças com alguns problemas ainda não resolvidos no Brasil.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha*

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ. Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

2. “Sino-Soviet Normalization and Its International Implications, 1945-1990”,
Lowell Dittmer. University of Washington Press, Washington, 1992.

As transformações na ordem política e socioeconômica interna dos países socialistas, no final dos anos 80, assim como as implicações “ideológicas” dessas mudanças para o movimento comunista internacional e a sua repercussão sobre o sistema internacional como um todo se refletiram na redefinição do relacionamento estratégico tripartite que determina a política internacional no Leste Asiático. Esta evolução insere-se numa “sequência” de configurações entre as três potências - China, União Soviética e Estados Unidos - cuja interação estabelece o equilíbrio regional asiático e cuja “gênese” remonta-se ao final do segundo conflito mundial em 1945. Apesar do título pouco original, o estudo de Dittmer não se limita à atualização do contexto geopolítico asiático pós-Guerra Fria. Este se propõe à tarefa muito mais ambiciosa de englobar analiticamente o relacionamento mais importante para o cenário asiático deste século - as relações sino-soviéticas com a presença, implícita ou explícita, dos Estados Unidos -, procurando uma explicação para o conflito e a cooperação e para a frequente transição de um para a outra em função de fatores como o desenvolvimento econômico, a busca de identidade nacional e a luta pelo poder e a segurança internacional.

Partindo da necessidade da construção de um novo paradigma - não mais centrado exclusivamente no conflito, mas que leve em consideração a perspectiva da reconciliação sino-soviética -, o autor, metódica e minuciosamente estabelece as orientações, as linhas de pesquisa, os procedimentos e instrumentos de análise, cuja perfeita harmonização contribui significativamente para o valor acadêmico, teórico e, sem dúvida, explicativo, da obra. Dittmer analisa a problemática baseando-se numa abordagem “prismática” a qual permite um maior aprofundamento no tema vista a ampliação da perspectiva proporcionada pelo enfoque múltiplo. Assim, as relações sino-soviéticas são estudadas em função de, por exemplo, a conexão próxima entre estas e a ligação da China com o movimento comunista internacional, o Terceiro Mundo e os Estados Unidos, também em função de fatores “estruturais” como o relacionamento entre o desenvolvimento econômico e a política externa.

Três diferentes perspectivas gerais estruturam o estudo do relacionamento sino-soviético no período entre 1945 e 1990. Primeiro, o autor analisa a constituição e a tumultuada evolução da aliança explorando a noção da ligação entre o desenvolvimento doméstico e as relações bilaterais, mais especificamente, a teoria da convergência a qual postula que a modernização implica na convergência dos sistemas sociais e políticos. Segundo, Dittmer prossegue com a análise das relações bilaterais pelo prisma da busca da identidade nacional (e internacional) chinesa e sua repercussão tanto no processo de legitimação interna, como na determinação da orientação e os objetivos da política externa. Por último, as relações sino-soviéticas são contextualizadas no amplo espaço da segurança na região geopolítica do Leste Asiático a qual se caracteriza pela sucessão de configurações - triângulos estratégicos - cuja constituição, comportamento e “regras” encontram a sua base teórica na Teoria dos Jogos.

No decorrer do estudo, cada uma destas perspectivas é desenvolvida com alto rigor científico, riqueza e originalidade bibliográfica e ampla base histórica e empírica, além da indispensável compreensão da “lógica” do regime socialista e da particularidade do “estilo” e dos mecanismos de tomada de decisão política nos países em questão. O fator ideológico que permeia as relações sino-soviéticas, consagrado no discurso político oficial dos líderes, é corretamente enfatizado pelo autor e é mantido inclusive na análise do período

da *Perestroika* (quando a ideologia, como base das relações bilaterais soviéticas, foi oficialmente substituída pela diplomacia), devido à bem avaliada inércia nas estruturas e o forte nexos entre a política externa e a política interna que caracteriza os regimes estudados. Em outras palavras e em linhas mais gerais, Dittmer não se deixa influenciar pela fórmula simplificadora do “fim [automático] do comunismo”.

O livro também proporciona uma fonte importante de dados estatísticos, empíricos e de eventos políticos institucionais, históricos e bilaterais e traz, em cronologia fática e objetividade sintética, a evolução das relações sino-soviéticas, sempre levando em consideração a presença implícita do terceiro jogador do triângulo estratégico. Esta situação torna a análise acessível e intelectualmente estimulante tanto para estudiosos especialistas no assunto, como para pesquisadores iniciantes no tema.

Como o próprio autor o qualifica, o procedimento de análise adotado assemelha-se a um *puzzle* o qual, para os efeitos do estudo, é “desmontado” em partes visivelmente incompletas e descontextualizadas e depois é novamente “montado” na parte final para construir a fundamentação da conclusão geral da “normalização” recente do relacionamento bilateral entre a República Popular da China e a ainda União Soviética e suas implicações para a região Ásia-Pacífico e para os interesses estratégicos ocidentais.

A primeira abordagem estuda as relações bilaterais sino-soviéticas vistas pelo prisma do “desenvolvimento socialista”. O autor demonstra como o momento, imediatamente posterior à Revolução Chinesa, de plena identificação com o modelo soviético, acompanhada por uma significativa cooperação e imediato sucesso econômico não conseguiu consolidar a lealdade política do “irmão mais novo” o qual partiu para a crítica do modelo soviético e para um desenvolvimento divergente. No entanto, a tentativa chinesa de criar um modelo socialista alternativo, asiático e terceiro-mundista, e de exportá-lo fracassou junto com a Revolução Cultural e o *Great Leap Forward*. Os sérios impedimentos ideológicos que distanciaram China da solidariedade soviética somente seriam superados com o reconhecimento da necessidade comum de reforma nas estruturas econômicas e políticas leninistas no contexto da *Perestroika* - percepção que despertou o interesse pela perspectiva de uma convergência socioeconômica. Na realidade, nos dois sistemas, apesar do contraste na resposta das elites (contra a reforma econômica na URSS e contra a reforma política na China), a reforma política tornou-se um meio para o fim da reforma econômica e não um fim em si. Este fato foi muito bem avaliado pelo autor e “encaixado” dentro da lógica da convergência.

Assim, o núcleo da nova “aliança” sino-soviética - não mais centrada na “ação comum” para promover a revolução fora - é identificado como colaboração para reformular o socialismo em casa. Uma abordagem que, de certa forma, excluiu uma mudança estrutural nas respectivas sociedades e não consegue “encaixar” logicamente um fato, como, por exemplo, a declaração da ilegalidade do PCUS em 1991. Talvez uma fórmula mais objetiva fosse: “salvar o socialismo”.

Apesar de uma leve tendência a privilegiar a perspectiva chinesa, o autor não omite a interação inversa do impacto do desenvolvimento, da política e da atuação chinesa sobre a política soviética. O estudo da percepção que cada uma das partes tinha da outra - refletida nas publicações dos meios de comunicação de massa e nos documentos e discursos oficiais - e da essência das reformas econômicas, políticas e culturais revela, segundo Dittmer, uma situação de objetivos comuns almejados por meios diferentes. Apesar da convergência parcial, o efeito transnacional de *spillover* estimulou respostas positivas e negativas independentemente das relações interestatais de aliança, confrontação e détente.

Enquanto a primeira perspectiva analisa as relações bilaterais sob o fundo das políticas domésticas, no avanço das perspectivas e cenários que fazem parte do *puzzle*, Dittmer transfere, gradualmente, a discussão das controvérsias ideológicas para o nível mundial, sem ainda incorporar plenamente a variável estratégica.

Assim, numa segunda parte, o autor interpreta a orientação da China para a política mundial partindo da perspectiva da busca da própria identidade nacional a qual, segundo a linha de análise adotada, “justifica” comportamentos externos aventureiros e inexplicáveis como destinados a testar os limites de diferentes identidades politicamente possíveis. Partindo desta perspectiva, muitas das políticas e das ações da República Popular da China nos anos 50 - que parecem irracionais em termos de cálculo de meios e fins - tornam-se mais compreensíveis quando relacionados à crise de identidade. Mais especificamente, o dilema da identidade nacional da China se expressa na procura e na identificação com dois grupos de referência - o bloco comunista e o Terceiro Mundo. O primeiro destes grupos teria a função de garantir legitimidade ideológica à liderança política interna, mas não apresentava perspectivas para uma liderança internacional chinesa - fato que atraiu o país para o segundo grupo de referências: o Terceiro Mundo.

Com base nesta “divisão da personalidade”, o autor estuda a atuação chinesa dentro do movimento comunista internacional, enfatizando a implicação desta para o relacionamento com a União Soviética, a concorrência entre os dois principais teóricos do comunismo e as altas e baixas nas suas relações, assim como a paulatina evolução das considerações ideológicas para divergências de uma política de poder (anos 70). O enfoque da abertura chinesa para o Terceiro Mundo evoluiu, ao longo do tempo, da propaganda do modelo revolucionário chinês para o estilo de diplomacia de “frente unida”. O amplo programa chinês de ajuda para o Terceiro Mundo não atingiu os seus objetivos devido à radicalização do pensamento de Mao e à atuação “concorrente” da União Soviética. Esta orientação internacional da China visava também ao reconhecimento internacional do país - objetivo que estimulou, a partir de 1968, o estabelecimento de relações com os países em desenvolvimento sobre uma base mais ecumênica, resultado também de problemas de fronteira e da percepção da ameaça nuclear soviética. Assim, ocorre a gradual renúncia do pré-requisito ideológico em troca da normalização das relações e a China, pelo menos nominalmente, abdica das pretensões de liderar o Terceiro Mundo rumo à revolução, agora aspirando somente a fazer parte do grupo.

No decorrer do estudo, a exposição é enriquecida pelo constante acompanhamento da evolução das ideias políticas e da visão do mundo dos atores. Assim, o autor demonstra a transformação do conceito chinês dos “três mundos”. Nos anos 50 e 60, o **Terceiro Mundo** é uma “zona intermediária” caracterizada mais pela não participação dos dois “campos” do que por uma identificação positiva; sua função estratégica é de “cordão de isolamento”. Esta concepção evolui para a percepção dos três mundos - o Primeiro, composto pelas duas superpotências, aspirava à hegemonia mundial; o Segundo, formado pelos outros países desenvolvidos, tanto do Ocidente, como do Leste, estava sendo explorado pelo Primeiro Mundo, mas, por sua vez, explorava o Terceiro, constituído pelos países em desenvolvimento seriamente prejudicados pelo sistema internacional. Já nos anos 80, esta concepção transformou-se numa visão da “nova era” da interdependência dentro do “mercado mundial único” - postura que refletia a evolução dos interesses da China no cenário internacional, assim como a sua mudança de posição dentro deste mesmo sistema mundial. Assim, Dittmer vincula a variável ideológica às variáveis estratégica e econômica sem, por nenhum momento, desviar-se da linha geral da discussão - as oscilações no relacionamento sino-soviético.

O autor refere-se igualmente, ao longo do estudo, a aspectos psicológicos e a uma abordagem “psicanalítica” do comportamento político e das motivações dos atores, como parte do enfoque múltiplo das relações entre a China e União Soviética. Esta perspectiva manifesta-se mais expressamente na análise da identidade nacional chinesa. Por exemplo, a identificação com o Terceiro Mundo é apresentada como identificação com a “vítima” - uma condição que teria a função de provocar a indignação moral e o ardor revolucionário das massas populares.

A terceira perspectiva, apesar de sujeita à concepção tradicional de **triângulo estratégico**, representa a maior contribuição acadêmica, teórica e explicativa do estudo, estando baseada em conceitos analíticos originais elaborados pelo autor.

Nesta parte, Dittmer propõe-se a análise do relacionamento estratégico entre Estados Unidos, União Soviética e RP da China nas últimas quatro décadas através da construção de um modelo formal aplicado à realidade histórica. A premissa inicial deste modelo constitui-se na ideia de que o relacionamento entre três atores pode ser reduzido a um número relativamente limitado de possibilidades e de que os papéis que cada ator pode desempenhar no triângulo também são limitados. Critérios objetivos e subjetivos determinam as **regras do jogo**, subdivididas em “regras de participação” e “regras para jogar”. O autor especifica a vigência do modelo para o equilíbrio de poder no contexto regional asiático, não necessariamente estendendo-se a outras regiões. Em suma, o modelo define o **triângulo estratégico** entre as três principais potências do mundo pós-Guerra, baseando-se em critérios objetivos dentro do contexto regional e visando proporcionar uma análise logicamente exaustiva dos possíveis relacionamentos entre os três atores. De acordo com as “regras” da Teoria dos Jogos, os relacionamentos são ou amigáveis ou hostis com aspectos positivos ou negativos determinando a lógica, o inimigo e os cálculos de ganho dos alinhamentos.

O modelo de Dittmer comporta quatro “tipos ideais” de configurações triangulares: *ménage à trois* (relacionamento positivo entre os três jogadores); *romantic triangle* (relacionamento positivo entre um jogador-pivô e as duas alas (wings), mas negativo entre as alas); *stable marriage* (relacionamento “conjugal” positivo acompanhado por um relacionamento negativo entre cada um dos cônjuges e o terceiro pariah); *unit-veto triangle* (relacionamento negativo entre cada jogador e os outros dois). Estas configurações se caracterizam por probabilidades diferentes de ocorrência empírica e grau variável de estabilidade e, praticamente, nunca se apresentam na sua forma “pura” ou “ideal”.

Depois de definir o seu modelo analítico, Dittmer volta novamente à realidade histórica, ampliada até praticamente incluir os principais eventos políticos em nível mundial, para “organizá-la” de acordo com o novo enfoque. Assim, o período de 1945 até 1990 é subdividido em sete etapas caracterizadas por respectivas configurações.

O período de 1945-1949 foi definido como *instável ménage à trois* com tendência para bipolaridade. Já a partir de 1950 e até o final da década, o **triângulo estratégico** teve a configuração de *stable marriage* entre China e União Soviética contra os Estados Unidos. Este “casamento” baseava-se na ideologia que levava os dois países a compartilharem certos valores e objetivos e um inimigo externo. No entanto, este “parentesco” ideológico não era suficiente para superar o crescente choque de interesses geoestratégicos o qual levou à evolução do triângulo para a modalidade de maior risco - *unit-veto* - a qual permaneceu nos anos 1959-1969. O período caracterizou-se por várias crises - por exemplo, as crises de Cuba, Berlin, Indochina, Oriente Médio, U-2, invasão da Tchecoslováquia, sem esquecer a presença constante da variável atômica. Enquanto as relações entre Estados Unidos e União Soviética melhoravam em função de compartilhada suspeita em relação à China, o relacionamento sino-

soviético deteriorava amadurecendo a conclusão chinesa de que a ameaça nuclear soviética somente seria controlada com a ajuda da outra superpotência - conclusão que marcou o início do *romantic triangle* com Estados Unidos como **pivô** (1969-1976). O interesse estrutural do **pivô**, como demonstra o autor, era equilibrar as alas, mantê-las relativamente satisfeitas e estimular a competição destas pelos seus “favores” e boa disposição - isto garantiria a estabilidade da configuração. No entanto, as relações dentro do triângulo e o contexto internacional evoluíram de forma a provocar o estabelecimento do **marriage** sino-americano que caracterizou o período 1976-1981. Esta configuração estratégica gerou um período de extrema tensão e insegurança na região e provocou um aumento significativo dos arsenais militares nas fronteiras. Paralelamente, manifestaram-se as divergências entre os “cônjuges” - paradoxalmente, na medida em que a China se aproximava dos Estados Unidos, diminuía a utilidade daquela para a política externa americana; ao mesmo tempo, a China decepcionou-se com o fraco “apoio” americano durante a “guerra pedagógica” no Vietnã. As limitações da “restrição” chinesa às ações soviéticas, manifestadas nos acontecimentos no Camboja, na invasão do Afeganistão e na expansão do arsenal aéreo e naval soviético no Pacífico Ocidental, assim como a decepção chinesa com a passividade militar e diplomática americana durante a Guerra no Vietnã e as reservas americanas em relação às aspirações da República Popular da China sobre Taiwan provocaram a reconsideração do “casamento” por ambas as partes. Este se decompôs num *romantic triangle* sinocêntrico (1981-1985). Como jogador-pivô, a China foi capaz de controlar o relacionamento com as duas alas via pressões sobre os Estados Unidos na questão de Taiwan e críticas aos soviéticos referentes aos **Três Obstáculos**. No entanto, as duas alas não eram, na realidade, equidistantes - a União Soviética continuava representando a principal ameaça. Este fato levou a China a adotar uma estratégia de *security collusion*, simultânea, mas diferente, com os dois “parceiros”. O final desta configuração foi marcado não somente pela aproximação Moscou-Washington (já no início do governo Gorbachev), mas também pela mudança na concepção estratégica chinesa - foi abandonada a concepção das grandes guerras e a ameaça soviética começou a ser vista mais como política do que propriamente militar. A nova configuração - **ménage à trois** (1986-1990) - baseava-se não somente na transformação de atitudes, mas também na redefinição do equilíbrio de poder - todos os três jogadores modificaram a sua perspectiva de segurança. Este período caracterizou-se por iniciativas, principalmente soviéticas, de redução de armamentos e por uma normalização das relações entre os três. No entanto, a sobrevivência deste “melhor dos mundos” está sujeita a várias condições analisadas pelo autor paralelamente com a previsão de uma futura sequência de configurações. Com referência a este último aspecto, Dittmer faz a ressalva da necessidade mais teórica (abstrata) do que propriamente política de construir futuros triângulos. Assim a evolução do *ménage à trois* é vista em três, teoricamente possíveis, direções: (1) *marriage* soviético-americano; (2) *romantic triangle* centrado em Moscou e (3) *marriage* sino-soviético.

O estudo não termina com a análise histórica do último triângulo, mas prossegue com uma ampla sessão de conclusões a qual abrange, primeiramente, a questão da aplicabilidade do jogo para a explicação da política internacional, passando para conclusões gerais da análise e para uma previsão do futuro desenvolvimento do relacionamento sino-soviético.

A primeira premissa implícita no modelo da construção de **triângulos estratégicos** e na utilização de regras do jogo para explicar o comportamento de atores é a racionalidade da sua ação de acordo com a posição no **triângulo**. Procurando evitar “afirmações” implícitas, o autor questiona, explicitamente, a sua validade. Assim, Dittmer chega à conclusão de que a atuação dos jogadores não é inteiramente “racional”, devido a

duas limitações da liberdade e do alinhamento - a segurança e a ideologia. Mais do que isso, o **triângulo** transforma-se constantemente, adquirindo configurações diferentes, desafiando tanto a “lógica” ideológica, como a geopolítica. Então, os jogadores não jogam de acordo com as regras? Segundo o autor, quando algum dos jogadores viola as regras, os outros, realisticamente, são levados a “compensar” o desvio e o jogo evolui para uma nova configuração. As “regras do jogo” são utilizadas como instrumento de utilidade analítica e permitem distinguir entre *normal play* (regras seguidas e configuração estável) e *deviant play* (regras violadas e mudança de configuração). A dinâmica do triângulo também recebe interferência dos arranjos de segurança coletiva que envolvem novos atores, mas, basicamente, não alteram as regras.

Outro problema, levantado pelo autor nas considerações finais, refere-se ao fim do triângulo. Segundo vários analistas, a cúpula Gorbachev-Deng marcou o fim do triângulo estratégico tornando-o funcionalmente irrelevante devido à distensão entre as potências. Defendendo uma posição mais realista, Dittmer prefere a fórmula da evolução (temporária) do *triângulo do status “for itself”* para o de “in itself”. De acordo com este esquema, o **triângulo** torna-se mais “visível” nos períodos de crise, caracterizadas por segurança nacional ameaçada e claras alternativas lógicas, enquanto, durante prolongados períodos sem crise, os fatores estratégicos abrem espaço para as variáveis da economia política e as potências “*triangulares*” abdicam de parte da sua hegemonia a favor de potências econômicas. Esta conceitualização, ao contrário da opinião adotada por Allen Whiting na sua resenha do livro¹, parece-nos satisfazer as “exigências” da evolução do cenário internacional no período posterior à conclusão do estudo, mais especificamente - o programa de Yeltsin e a desintegração da União Soviética.

A “montagem” final do *puzzle* está relacionada com a análise da situação recente (1969-90) e da possível evolução das relações sino-soviéticas. Na abordagem dos últimos desenvolvimentos do relacionamento Pequim-Moscovo chama à atenção a ênfase no fator “Tiananmen” como “inibidor” da atuação chinesa. No entanto, como demonstrou o tempo, as considerações humanistas e de direitos humanos foram rapidamente substituídas pelo fator mais prático do interesse econômico.

Uma concisa recapitulação das três abordagens que estruturaram o estudo e das perspectivas que estas sugerem para o futuro das relações sino-soviéticas leva à formulação das conclusões principais que convergem na percepção geral da reaproximação gradual sino-soviética, estimulada pela convergência socioeconômica ou dificultada por divergências, mas, no total, facilitada pela consciência da existência de valores intrínsecos não necessariamente identificáveis com sua utilidade simbólica de legitimação interna.

Na elaboração das previsões para o futuro relacionamento Pequim-Moscovo, o autor segue minuciosamente o procedimento analítico adotado no decorrer do estudo (principalmente o modelo do triângulo estratégico e a teoria da convergência) - fato que, de certa forma, “reveste” o futuro cenário de um maior valor teórico-analítico do que propriamente prático. Por outro lado, este procedimento diminui o impacto das imprevistas mudanças estruturais no bloco socialista e, em especial, na antiga União Soviética sobre o valor analítico do livro.

Em suma, o livro de Dittmer - resultado da produtiva união entre a erudição pessoal, a pesquisa aprofundada, a originalidade e o rigor teórico-metodológicos - representa

¹ WHITING, A., The Peking-Moscow Axis, em: *Far Eastern Economic Review*, Hong Kong 04/02/1993, pp. 32-33.

uma significativa contribuição para o campo de estudo das relações internacionais e, sem dúvida, eleva o nível científico da discussão e do entendimento das relações Pequim-Moscou no relevante período 1945-1990. No referente às previsões para o futuro do triângulo, qualquer conclusão baseada em eventos em curto prazo e inspirada na “euforia” política e acadêmica pós-Guerra Fria, parecem-nos precipitados.

Maria Stefanova Apostolova*

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

3. “Lessons of Struggle: South African Internal Opposition, 1960-1990”,
Anthony W. Marx, Oxford University Press, Oxford, 1992.

“Lessons of Struggle” é um livro de rica análise sobre as três últimas décadas do desenvolvimento da oposição na África do Sul. Mesmo provendo uma análise minuciosa e detalhada, apresenta-se como uma obra essencialmente histórica, um estudo cronológico-sistemático sobre o surgimento e a evolução da moderna oposição ao ferrenho sistema do *Apartheid*.

Focalizando com mais detalhe o período que começa com o banimento dos movimentos históricos de luta contra o sistema racista sul-africano - Congresso Nacional Africano (ANC), Congresso Pan-africano (PAC), Partido Comunista Sul-Africano (SACP) - procura ressaltar as razões estratégico-ideológicas que permitiram o surgimento e a evolução dos novos movimentos de oposição ao governo minoritário da África do Sul a partir dos inícios da década de 60. Nessa mesma década, muitos outros movimentos também foram banidos, à medida que o governo achava que iam ganhando forte vertente política nas suas reivindicações, como foi o caso do *National Union of South African Students* (NUSAS), que mais tarde, (1969), virou *South African Students Organization* (SASO), o qual tendo começado como movimento estudantil calcado numa libertação psicológica para depois, conseqüentemente, obter a libertação física, havia já adquirido grande maturidade política que incomodava o regime racista.

O banimento dos movimentos tradicionais e históricos de luta contra o *Apartheid* marcou a virada de uma época de profundas transformações na oposição interna sul-africana, dando, por um lado, origem ao surgimento de novos grupos baseados em novos fundamentos, com lideranças mais jovens e intelectuais, assim como permitiu a proliferação de um grande número de organizações trabalhistas pró-socialistas.

A história da oposição sul-africana pode ser localizada 25 anos depois que George Harrison, em junho de 1886, descobriu a existência de ouro no Transvaal. Se bem que já dois séculos antes daquele período, os alemães tivessem chegado em terras sul-africanas, promovido guerras com os nativos e dividido os povos indígenas, o domínio final e eficaz da Grã-Bretanha apenas se estabeleceu depois da “Guerra dos Boers”, em que os ingleses derrotaram os alemães, tomaram o controle do Cabo (1806) e conquistaram o *Zululand* (1879).

Somente por volta de 1910, com a adoção do “Ato de União”, entre ingleses e africânderes (brancos locais), e com a promulgação de uma lei do parlamento britânico em 1911, proibindo a propriedade por parte de nativos e regulamentando o emprego da maioria negra, é que se estabeleceram as raízes do *Apartheid*. Foi em reação a esses acontecimentos que se forma, em 1912, o que viria a ser o Congresso Nacional Africano (ANC). O ANC foi fundado como resultado de uma coalizão de indivíduos de classe média africana emergente e lideranças rurais conservadoras, cujo objetivo inicial não era derrubar o governo, mas apenas chamar a atenção para a deterioração de direitos básicos que estavam consagrados na Constituição da Colônia do Cabo já desde meados do século XIX.

Em 1919 o ANC tem a sua constituição formal. Em 1921 se funda o Partido Comunista Sul-africano e mais tarde, em 1950, é que se forma a Aliança do Congresso, englobando brancos, negros e indianos. Devido à intransigência do governo minoritário, esses três movimentos se aliam e, durante o Congresso do Povo reunido em 1955 em Kliptown, Johannesburg, adota-se a **CARTA DA LIBERDADE**, unificando as demandas dos vários

grupos opositoristas. A “Carta”, como é comumente chamada, permaneceu ao longo de toda a história como o mito que guiava a adesão ao ANC.

A revolta da Sharpeville em 21 de março de 1960, quando foram massacradas 69 pessoas, encabeçada pelo Pan Africanist Congress (PAC), originado de dissidentes do ANC em 1959, e constituiu o ponto alto da luta contra o Apartheid antes do banimento de todos os movimentos de oposição em 1960. Paradoxalmente, o banimento destes movimentos veio acirrar a luta, no lugar de abafa-la, pois começa neste período a luta da clandestinidade e as ações de guerrilha que permearam a história recente do país. O ANC formou o *Umkonto We Sizwe* (MK “*Spear of the Nation*”), isto é “A Lança da Nação”, como braço armado, e o PAC criou o *Poqo* (“*We Stand Alone*”) e o *Azanian People’s Liberation Army*.

Conforme ressalta o autor, a dominação dos brancos sul-africanos sobre os nativos, por cerca de três séculos, efetuiu-se por uma combinação de três vertentes básicas claras, porém inter-relacionadas: **1. Discriminação Racial, 2. Dominação Nacional e 3. Exploração Econômica.**

Anthony atribui a estes aspectos capital importância, neles residirá sua análise e encontrará as razões dos diferentes movimentos de oposição recente. As três formas de dominação influenciaram as percepções estratégico-ideológicas dos grupos, determinaram as várias formas do seu relacionamento, das alianças, assim como do distanciamento umas das outras. Deste modo, depois do banimento dos movimentos históricos surgem as novas organizações da oposição, baseadas cada uma numa destas vertentes de dominação.

O Movimento de Consciência Negra (*Black Consciousness*), surgido em 1970, fundamenta-se na ideologia da eliminação da inferioridade negra, já que encontrava na discriminação racial as principais razões da dominação. Estrategicamente, o BC excluía os brancos da luta pela libertação. Ao considerar fundamentalmente a segregação como base da dominação, interpretava as outras vertentes como meras consequências desta; portanto, ao erradicar-se o racismo extinguir-se-ia a dominação como um todo.

Já a Frente Democrática Unida (UDF), 1980, alinhada ao ANC, divergia essencialmente da primeira, pois encontrava as razões da dominação em outro aspecto. Sua ideologia se calcava na luta por uma identidade nacional sul-africana, visando a unificar todos os sul-africanos de todas as raças, inclusive brancos. Assim, as outras vertentes da dominação eram apenas consequência da Dominação Nacional.

Os grupos trabalhistas e de inclinação socialista radical viam a razão da dominação na estruturação do próprio sistema capitalista de produção, na exploração da forma de trabalho pelo capital de grupos minoritários, como reflexo de todo o sistema capitalista mundial. Portanto, a base ideológica destes está na luta pela mudança da Ordem Econômica do Capitalismo. Nesta vertente encontram-se os grupos mais radicais como a COSATO, NACTU, CUA, AZACTU, FOSATU, entre outras. Conforme observa Anthony, estes movimentos de atuação em massas se propagam em número cada vez maior, principalmente depois de decretado o estado de emergência nacional, em 1986, passando a luta de guerra de posições para guerra de manobras, segundo classificação de Gramsci.

Outros grupos de oposição baseados em diferenças étnicas e tribais também floresceram no período em análise, no entanto, o autor os apresenta como periféricos à luta principal, e seu quadro de reflexão é essencialmente diferente daquele que o autor pretende focalizar, embora alguns destes grupos, como a INKATLA da etnia zulu de Buthelezi, tenham forte presença no cenário político do país.

O livro “Lessons of Struggle” apresenta uma análise singular e detalhada de como cada um dos movimentos referidos se fundamenta correlativamente às diferentes vertentes de dominação, bem como sobre os problemas estratégicos de ação e suas divergências.

Dividido em sete capítulos, o livro é densamente explanado e cobre, em cada capítulo, aspectos específicos, mas que integram e formam harmoniosamente o desenho do movimento de oposição da maioria negra e outros étnicos e subgrupos raciais ao governo de minoria branca na África do Sul, com especial ênfase nas últimas três décadas.

O primeiro capítulo é uma introdução do leitor às questões básicas da história do conflito na África do Sul. Nele procura-se abordar as origens da dominação da minoria branca sobre a vasta população de nativos negros africanos, bem como de outros grupos étnico-raciais. O segundo discorre sobre a afirmação e o acirramento da discriminação, o descontentamento dos negros e as várias formas buscadas pela maioria para combater a dominação. Aqui se retratam também os vários aspectos do surgimento do Movimento de Consciência Negra (BC), suas convicções particulares e peculiaridades de sua luta. No terceiro, o autor descreve a situação político-social do país após as sublevações e o massacre de Soweto, assim como as crises da oposição e os novos alinhamentos; no capítulo seguinte achem-se mais ao surgimento da Frente Democrática Unida, particularmente ao contexto histórico, ideologia e à estratégia de luta. A UDF, assentada no conceito de Nação Sul-Africana Unida, ao procurar mobilizar a resistência interna, vinha a contrapor-se à posição idealista do BC que havia fracassado nos finais da década de 70, depois da morte de seu líder Steve Biko; nos capítulos quinto e sexto, é exaustivamente apresentada a situação de inquietação nacional no período do Estado de Emergência Nacional, as revoltas recentes e a violenta repressão do governo, o surgimento dos movimentos das classes trabalhadoras e de inclinação socialista; no sétimo e último capítulo, o autor estabelece as relações entre todos os aspectos discutidos no livro, as interligações dos movimentos e o início da decadência do regime do *Apartheid*.

A obra oferece um retrato de toda a história de luta contra o regime e o *Apartheid* desde a virada do século, mas seu cerne é o desenvolvimento da oposição nas décadas de 60, 70 e 80. Anthony analisa estes períodos valendo-se de vários teóricos políticos conhecidos, cujos preceitos se encontram de alguma forma presentes no entendimento na situação política e social da África do Sul, autores como Weber, Alexander Naville, Carr, Ralf Dahrendorf, Durkheim, Fanon, Lenin, Machiavelli, Marx, Charles Tilly, entre outros. O cruzamento dos conceitos desses pensadores com as leituras atualizadas e esclarecidas dão um desenho esclarecedor da realidade de luta no país.

Por outro lado, o contato com os principais atores do cenário político sul-africano, em entrevistas, permite a compreensão do relacionamento das condições materiais, ideológicas e políticas da realidade local, discorrendo com suficiente familiaridade sobre o pensamento de personalidades da luta contra o *Apartheid*, como Walter Sisulo, Anton Lembede, Nelson Mandela, Robert Sobukwe, Oliver Tambo, Steve Biko, B. M. Buthelezi. Esta modalidade de abordagem torna “Lessons of Struggle...” num livro de significativa importância para o conhecimento dos aspectos menos discutidos e apresentados pela imprensa sobre a luta contra o regime minoritário.

Anthony W. Marx descreve a situação da oposição ao regime sul-africano com esclarecedor detalhe graças a uma vivência próxima com a realidade sul-africana. De 1984 até a publicação do livro (1992), Anthony visitou diversas vezes a África do Sul e, sobretudo, teve contato com proeminentes personalidades da oposição sul-africana, com as quais recolheu o sentimento mais legítimo da luta que travavam contra o regime branco, entre os

quais a família Sisulo, Mandela, inúmeros ativistas da oposição com os quais, frequentes vezes, teve de se esconder da polícia ou junto fugir de situações de conflito e confronto com as forças militares. Por outro lado, o autor utilizou-se de fontes documentárias inéditas que permitiram uma leitura ímpar de sua contribuição à compreensão dos movimentos oposicionistas no período de 1960-1990.

Marx é professor assistente de Ciência Política na Universidade de Columbia, EUA, e escreve “Lessons of Struggle: South African Internal Opposition, 1960-1990”, no momento de profundas alterações na situação político-social da África do Sul contribuindo, portanto, para um melhor conhecimento da realidade do país.

Obra de atualizada e significativa contribuição para todos os estudiosos da luta contra discriminação racial, “Lessons of Struggle...” constitui material indispensável para cientistas políticos, sociólogos, estudantes e população em geral que estejam interessados na análise da situação de discriminação e dominação racial, econômica e nacional, bem como na história de quase um século de oposição no extremo sul do continente africano.

Realçando, em particular, as três últimas décadas da conturbada história da região, o livro foi editado num momento particularmente singular, quando se vislumbrava a mudança do regime mais antigo do mundo com base na segregação racial.

Aninho Mucumdramo Irachande *

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

4. “US-Japan Alliance Diplomacy 1945-1990”. Roger Buckley, Cambridge University Press, Cambridge, 1992, 252 pp.

Publicada às vésperas dos 140 anos da chegada do comodoro Perry ao Japão, a obra de Roger Buckley (US-Japan Alliance Diplomacy 1945-1990) traça um panorama histórico do relacionamento entre as duas nações do Pacífico, partindo de um quadro onde o pacifismo se misturava ao início da Guerra Fria.

O autor britânico, estudante da História americana e professor de história das relações internacionais no Japão, encontra nas fontes primárias, o apoio básico para sua pesquisa histórica, que ajuda a entender como evoluiu a “amizade” que conduziu à economia Nichibei¹. Documentos diplomáticos, discursos, depoimentos, dão origem a um trabalho prejudicado pela **impossibilidade de acesso a arquivos** governamentais (especialmente os mais recentes), onde as lacunas e as omissões maiores situam-se no lado japonês da história. Biografias, visões acadêmicas e fertilizações mútuas provenientes de perspectivas de outras nações preenchem algumas das lacunas.

A partir de um esquema cronológico que vai paulatinamente se encaminhando para uma visão global e comparativa da diplomacia da aliança nipo-americana, a interpretação do professor Buckley desenvolve-se num modelo de compreensão que se concretiza através da análise das raízes da ocupação e do enraizamento das reformas por ela implementadas, onde grande destaque é dado ao fator continuidade e à necessidade de ajustes.

Consciente de que nos estudos disponíveis permanece um vácuo entre o período que cobre a rendição e os laços correntes entre Estados Unidos e Japão, Buckley tenta superar as falhas e as retóricas, selecionando três questões principais: o grau de continuidade nas relações entre as duas nações, o papel das personalidades e o problema de quem se beneficiou dos arranjos processados pelas respectivas políticas externas.

Destaca-se que a questão dominante na política doméstica japonesa foi como usar a ordem mundial em seu benefício, e percebe-se que houve uma negligência quase que completa com relação ao papel que o Japão poderia desempenhar para ajudar a manter e reforçar a constituição da ordem internacional.

No imediato pós-guerra, verificar o que era defendido como “nova ordem” passava pelo estudo da Ocupação Aliada. Da luta à derrota, da derrota à ocupação, percebem-se divisões. Divisões entre os aliados quanto aos projetos do mundo futuro, e por outro lado, uma unidade requerida pelo esforço de guerra. Divisões entre os membros do governo japonês acerca das questões cruciais da rendição, com a não aceitação das realidades militares sem que se obtivesse definições sobre o futuro e o destino do imperador. O atraso do inevitável e a multiplicação dos sofrimentos caminharam paralelamente.

As decisões que viriam a ser tomadas em agosto de 1945 são vistas como decorrentes mais das exigências domésticas dos Estados Unidos, do que de uma estratégia para o Pacífico visando o longo prazo.

A utilidade potencial do símbolo considerado divino para o povo japonês, não era ignorada pelos Estados Unidos e pelos seus Aliados. Prova dessa tendência pode ser vista

¹ Robert Gilpin (*The Political Economy of International Relations*, Princeton, Princeton University Press, 1987, p. 6) cita que há uma economia conjunta chamada Nichibei: uma mistura dos caracteres japoneses para Japão (Nihon) e América (Beikoku, país do arroz).

diante da interpretação do Foreign Office de que não foram as bombas atômicas que causaram a rendição japonesa, mas sim as palavras e atitudes do imperador Hirohito².

O caráter da força exercida por aquele que era um dos únicos japoneses conhecidos junto ao público americano vai sendo substituído pela análise de como se configurou a natureza da administração de um país ocupado. Destaca-se a personalidade e a reputação do general MacArthur na condução do SCAP (Supreme Commander for the Allied Powers) e na adoção de uma política de direção indireta do Japão, cujos burocratas participaram de forma colaborativa.

As ambições e a confiança de MacArthur em suas tentativas de reconstruir as instituições e a sociedade japonesa eram extraordinárias, apesar de várias manifestações de protesto. Para os revisionistas, Buckley deixa diversos recados e uma especulação: a aliança pós-guerra entre Washington e Tóquio poderia ter evoluído da maneira como evoluiu se tivesse se desenvolvido sob a mão pesada da regra militar?

Com base na ideia de que o período de ocupação foi muito mais substancial do que um “simples interlúdio” americano no Japão, destaca-se dentro dos feitos de Douglas MacArthur, seus homens e seus métodos, a constituição de 1947, cujas propostas de alteração, especialmente do artigo 9º (que estabelece a renúncia da guerra como direito soberano da nação e da ameaça ou uso da força como meio de solução de disputas internacionais), permanecem envoltas em dificuldades até hoje, e agem como lembretes constantes da intenção democratizadora dos Estados Unidos no Japão, e como uma fonte de irritação para aqueles que a visualizam como uma imposição alheia.

O início das negociações em torno do estabelecimento da paz coincide com as fortes críticas do eminente líder Yoshida Shigeru (figura de destaque na primeira década do pós-guerra e talvez o arquiteto de muito do que é o Japão contemporâneo) à conduta seguida por MacArthur. De qualquer forma, mesmo diante do “SCAPitalismo”, havia certo grau de permissibilidade para a recuperação industrial do Japão (tendo em vista a necessidade de pagamento das reparações de guerra para os países asiáticos e ocidentais) e para a sua eventual participação no comércio internacional. Soma-se ainda o fato de que as liberdades de religião e discurso, e as modificações nas estruturas política, educacional e agrária pareciam ter sido bem sucedidas.

Assim, quando o processo de paz atingiu seu estágio final, a economia japonesa encontrava-se numa situação mais saudável: um orçamento equilibrado, uma inflação reduzida e uma ampla demanda decorrente das necessidades americanas, tendo em vista a Guerra da Coreia.

Tendo ganhado a guerra, mas não a paz, o prolongamento da ocupação tornava-se desvantajoso para os Estados Unidos, ao contribuir para aumentar o poder dos japoneses em relação às autoridades americanas. De qualquer forma, a influência não era nenhuma substituta para a independência. Desde 1948, o Japão esperava pela decisão do seu destino. Com vários dilemas, todas as partes baseavam-se em estratégias que mediam as complexas

² A referência à interpretação inglesa é feita em Buckley, porém um bom relato de como se processou a paz pode ser visto em Akio Morita, **Made in Japan**, Livraria Cultura Editora, São Paulo, pp. 43-45 e em Karen Severns, Hirohito, Os grandes líderes, Ed. Nova Cultural São Paulo, 1988, onde se destaca que 15 de agosto de 1945 foi um momento histórico. Só o fato de o imperador falar à nação já era um fato excepcional. Embora o povo nunca houvesse ouvido aquela voz, todos sabiam quem era o dono dela. O que ele dizia, fez com que o mundo particular dos japoneses ficasse assustado e aliviado. A guerra terminara e era lançado o desafio para que a nação acompanhasse o progresso do mundo. O futuro seria cruel.

circunstâncias internacionais. Para garantir o sucesso dos objetivos americanos, era necessário ganhar o consentimento dos Aliados e enfrentar as incertezas de um cenário asiático marcado pelo estabelecimento da República Popular da China e pela emergência da Guerra da Coreia. Neutralidade desarmada, transferência dos problemas para o seio das Nações Unidas, acompanhamento do comportamento japonês pareciam ser as linhas mestras dos discursos prevalentes até o início da década de 50. Com a vantagem de traçar uma perspectiva histórica, Buckley reconhece que a designação em 1950, de John Foster Dulles, que salientava que poderia se perder no Japão mais do que se poderia ganhar com a intervenção massiva na Coreia, como embaixador especial para as questões de paz no Japão era o fim do começo.

Definido como um raro período de drama nas relações Estados Unidos-Japão, uma paz sem paz prevalecia nos anos 50. A política americana se voltava para uma tentativa de compensar a relativa negligência com relação ao sudeste asiático e mesmo com relação a outras nações cujas lealdades passadas faziam-nas reivindicar benefícios mais urgentes. O passado não poderia ser esquecido. Para o Japão era mais fácil igualar Pearl Harbor e Hiroshima, do que reconhecer os fatos em Nanking e seus imperialismos e ocupação na Ásia. Assim, não era apenas a Guerra Fria, mas também a Guerra do Pacífico que dividia a região do Pacífico asiático.

Em 1952, um Japão ainda fraco reconquistava a sua independência. É suspeito falar, porém, que o então primeiro-ministro Yoshida era responsável pela conquista da paz, após ter perdido a guerra. Não se pode, porém, levar ao extremo a ideia de que os custos da reconquista da soberania eram excessivamente altos. Tal seria ignorar as limitações na margem de manobra do “bom perdedor”, que havia feito o melhor num trabalho cheio de obstáculos, ganhando política e economicamente o que havia perdido militarmente. É curioso notar que, aparentemente, Yoshida evitou toda e qualquer menção pública à palavra defesa por um longo período. As preocupações prioritárias japonesas a partir do inverno boreal de 1945 eram com a reconstrução. De acordo com Buckley, a recuperação nacional requeria um forte suporte popular, planejamento astuto, assistência econômica americana e uma porção de sorte. Porém, apesar da ocupação ter liberado o Japão por meio de uma revolução não sangrenta, esta ainda estava inacabada.

A ideia de continuidade revela-se na permanência até hoje das impressões americanas acerca do comportamento japonês, criadas ainda durante a era da ocupação: objetivos nacionais básicos voltados para a reconstrução da força nacional e do fortalecimento da posição no Extremo Oriente por meio da cooperação com os Estados Unidos.

Com a atribuição de um papel minoritário para as Forças de Autodefesa e suspeitas japonesas com relação ao rearmamento, inaugurava-se a diplomacia da segurança militar. Divergências entre o Departamento de Estado e o Pentágono fizeram que os Estados Unidos não percebessem a necessidade de mudanças no pacto de segurança, diante das objeções de setores consideráveis da política japonesa que se recusavam a admitir que tornar-se membro do grupo democrático ocidental requeria uma contribuição militar onerosa.

Procrastinando atitudes, o Japão parecia não perceber que as vantagens econômicas que poderiam advir da Guerra da Coreia, demonstravam também a sua falta de preparo psicológico e material para suprir a própria defesa.

A análise da gestão de Hatoyama Ichiro nos anos 50 demonstra que, apesar das manifestas oportunidades para que Japão e Estados Unidos reparassem suas diferenças e redefiniram suas posições, o foco nas questões bilaterais com a China e com a União

Soviética levou à produção de poucos dividendos, dentro da política de separar economia da política (seikei bunri).

A questão da segurança amplamente debatida nos esforços para alcançar o fim da ocupação, era ainda marcada pelo fato de que os Estados Unidos desconsideravam as sensibilidades japonesas (com destaque para o caso Lucky Dragon) ao mesmo tempo em que acreditavam que um governo estável era o requisito básico para que se desenvolvessem relações de longo termo entre as duas nações.

Em fins dos anos 50, o legado crucial da era da ocupação estava prestes a ser removido. A designação de Douglas MacArthur II como embaixador americano e a posse paralela do primeiro-ministro Kishi inauguraram um período de comunicações sem precedentes nas conversações nipo-americanas. Triunfava, porém, a dificuldade da classe governamental e da opinião pública dos Estados Unidos em entender por que o Japão, com uma prosperidade econômica sem paralelos e um padrão de vida mais elevado que o de outros países asiáticos, manifestava-se incapaz ou indesejoso de exercer um maior esforço na defesa mútua do mundo livre, cujo comércio e cuja ajuda tornaram possíveis a sua recuperação econômica.

Curioso notar que nessa época com poucos indícios para a nova era prometida, as diferenças entre Washington e Tóquio acerca de questões comerciais já eram discutidas, com a insatisfação dos americanos diante de um quadro onde os poucos produtos importados pelos japoneses dos americanos não eram competitivos com as indústrias japonesas e onde as exportações japonesas competiam diretamente com as indústrias americanas.

Com exceção de alguns tópicos, como a redução de tamanho das forças americanas no território japonês, poucas ações se processavam em torno das questões de defesa. Para MacArthur II, num discurso familiar, o mais importante tema nas relações nipo-americanas residia no comércio, já que a própria natureza da economia do país do sol nascente deixava-o sem nenhuma opção a não ser “comerciar para viver”. Kishi enfatizava a necessidade de revisão dos arranjos de segurança num momento em que o Japão havia aumentado consideravelmente sua capacidade de autodefesa e adquirido um assento na Organização das Nações Unidas.

Com reclamações, contradições e demoras de ambos os lados, queixas dos americanos de que os japoneses não estavam contribuindo para o bem comum, e reivindicações japonesas por uma nova postura da administração Eisenhower dificultadas pelas lutas e divergências dentro do Partido Liberal Democrata (PLD), chegou-se a questionar a maturidade política da nação japonesa.

Mais curioso, porém, é notar que o furor da oposição com linhas de batalha, greves, demonstrações nas ruas, discursos e panfletagens numa coalizão anti-Kishi em 1959, encorajou e coincidiu com a assinatura do Novo Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre os Estados Unidos e o Japão no início de 1960. Ironicamente, os grupos contrários às metas de segurança americana no Japão conduziram aquilo que Kishi e o PLD não conseguiram por eles mesmos, e demonstraram aos Estados Unidos os erros de tomar o Japão inteiramente *for granted*.

Analisando o texto do tratado, o prof. Buckley é categórico ao lembrar que o tratado revisado foi assinado pelo mesmo homem que havia posto seu nome na declaração imperial de guerra em 1941.

O Japão surpreendeu a si mesmo e aos observadores de fora ao mudar muito de seu passado recente. Porém, as alterações do tratado original podem ser vistas como o marco para o início de mais de uma década de uma diplomacia silenciosa e introspectiva, com fracassos tanto das lideranças japonesas quanto dos especialistas americanos.

Interessado em compreender o caráter da diplomacia da aliança, Buckley demonstra a preocupação didática de que, se mais e mais frequentemente tivesse sido solicitado do Japão nos anos 60, seria mais fácil superar os velhos hábitos antes que se tornasse aparente nos anos 80 que o Japão não daria uma contribuição adequada para a aliança militar Estados Unidos-Japão. Qual aliado ganhou mais num contexto diplomático de adiamentos, permanece uma incógnita.

As considerações dos acontecimentos que se processaram a partir de meados dos anos 60 revelam-se ligadas às questões: de Okinawa, da Guerra do Vietnã e da renovação do tratado de segurança. As conversas formais e os encontros privados entre o presidente e o primeiro-ministro revelaram a inauguração de uma *twin diplomacy*, marcada pelos choques de Nixon e pela cada vez mais visível preponderância da *low politics* do comércio sobre a *high politics* da cooperação militar. Reflexos dos fracassos processados nas décadas prévias, as discussões subsequentes testaram as fundações de toda a estrutura. Mais uma vez, como havia ocorrido após a crise de segurança, a resolução de controvérsias pela diplomacia têxtil foi seguida por um período de relações consideravelmente melhores.

O elemento de balanço ganho nos laços nipo-americanos em meados dos anos 70, vão sendo gradativamente substituídos por uma década de tensões, abusos, retóricas congratulatórias e mudanças frequentes sem a emergência de um modelo claro.

Escrita num contexto em que a Europa estava muito longe da posição de destaque que já havia ocupado, em que persistiam dúvidas sobre a hegemonia americana e em que o papel do Japão era visto como problemático, o livro de Buckley situa-se dentro de uma perspectiva de continuidade de uma linha de trabalho desenvolvida em torno da história japonesa.

Entusiastas imaginam que o presente sucesso japonês é resultado da conduta americana na posição de guia e assistente combinada à cooperação entre os burocratas e empresários japoneses. Outros visualizam o Japão como o número 1. A análise de Buckley procura combater tais estereótipos. Como ele próprio afirma, uma “grande teoria” para ter validade deve-se sustentar na história. Assim, procura avaliar a substituição voluntária por parte de duas gerações de japoneses do militarismo pela paz e prosperidade. A perspectiva de evolução, talvez não no sentido de progresso, mas de uma visão cronológica, é acompanhada de diversos matizes, com destaque para o fato de que a moral japonesa resistiu firmemente, guiando-se por um prestígio a reconquistar e uma economia a reconstruir. A maior conquista na história militar americana era ao mesmo tempo a mais onerosa guerra na história japonesa.

A mentalidade da ocupação persiste até hoje, aumentando a distância entre o então vencedor e o então vencido, quando as duas economias são extremamente interdependentes - rivais e associadas. No entanto, a psicologia do vencido parece ter sido substituída pela psicologia do Estado comercial e a diplomacia da segurança militar norte-americana parece ter dado lugar à diplomacia da segurança econômica.

Expressão de uma época marcada pelas tendências de mudança, o livro de Buckley recorre aos fatos passados para analisar como as relações nipo-americanas desde o pós-guerra têm um impacto nas questões correntes do Pacífico asiático, quando próximos dos 50 anos da derrota e rendição incondicional do Japão para os Estados Unidos, surgem com

uma intensidade cada vez maior, análises do século XXI como o Século do Pacífico. Porém, parece às vezes se prender a um mero relato dos fatos, sem dar atenção devida aos aspectos culturais da relação, situando-os mais num plano histórico-político.

O papel do contexto internacional e sua confluência com as condições domésticas para a implantação de políticas estão presentes no conjunto de toda a obra, que traz ainda diversas outras categorias (demográfica, geográfica, geopolítica, psicológica, étnica e religiosa) na tentativa de estabelecimento de uma nova interpretação dos fatos.

Combinando a análise histórica com a personalidade dos formuladores e implementadores das políticas, muitas referências são feitas aos grupos de interesse, à imprensa e à opinião pública.

Destaca-se que enquanto em 1960 a população japonesa é que foi às ruas para protestar contra o governo americano (e o japonês) e a forma como estavam sendo conduzidas as questões militares, hoje são os americanos que demonstram sua insatisfação pelo comportamento comercial japonês.

Partindo da premissa de que a improvisação é uma das “forças profundas” na conduta diplomática de uma nação durante a maior parte do tempo, o autor destaca que nunca houve uma lua de mel no relacionamento Estados Unidos-Japão.

O estilo de Buckley revela uma esquemática metodológica bem orientada, demonstra que a história não é uma disciplina de retaguarda, possuindo um sentido progressivo e uma amplitude de facetas, e se formaliza num trabalho de história diplomática propriamente dita. Sua análise, porém, é relativamente questionável por se ater quase que exclusivamente na perspectiva diplomática norte-americana, sem conter referências ao papel desempenhado pelos *lobbies* e pelos representantes japoneses localizados junto ao governo norte-americano.

Marcia Lissa Aida *

* Bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

5. “Building Sino-American Relations: an analysis for the 1990”, William T. Tow, Paragon House, New York, 1991.

4 de junho de 1989. O mundo inteiro assiste horrorizado o desdobramento trágico de uma manifestação estudantil em favor da liberdade e da democracia na praça central da capital chinesa. A mesma aspiração popular por mudança, que já se traduzia nas reformas conduzidas por Gorbachev na União Soviética e nos países comunistas do Leste Europeu, encontrou resistência aguerrida por parte de uma elite octogenária comprometida com a manutenção do próprio esquema de dominação.

O trabalho **Building Sino-American Relations** é o resultado do esforço de um grupo de cientistas políticos empenhados em analisar o impacto do massacre de Tiananmen sobre as relações bilaterais China-Estados Unidos, privilegiando a ampla gama de aspectos políticos, econômico-comerciais e estratégico-militares. A multiplicidade de enfoques que essa obra oferece constitui-se certamente em grande atrativo para os leitores, mas não no único. Seus onze capítulos abundam em referências históricas e em citações das fontes consultadas, o que comprova a familiarização dos autores com o tema e, ademais, concede sustentação convincente às suas ideias.

O livro divide-se em três partes, com níveis distintos de análise correspondentes ao micro, meso e macro. A primeira parte, referente ao nível microanalítico, ocupa-se da investigação daqueles atores que influenciam diretamente no processo decisório da política externa norte-americana para a China e que impõem muitas vezes imperativos contrários à política do Departamento de Estado. A segunda parte, por outro lado, transfere a atenção dos atores internos para a inter-relação das políticas externas de ambos os países, enfatizando os mútuos condicionamentos decorrentes. Por fim, a terceira parte procura situar e interpretar a importância das relações sino-americanas em um contexto de nova ordem internacional.

Não se pode deixar de mencionar que, a despeito dos três anos que separam essa resenha da publicação do livro, permanecem inteiramente atuais as análises nele contidas no que se referem à mudança da natureza estratégica das relações sino-americanas e ao grau de incerteza que elas comportam. Ao contrário do que pode sugerir o número relativamente grande de autores, o livro se caracteriza pelo consenso de diagnóstico acerca da realidade, a saber, que o massacre da Praça da Paz Celestial configurou-se como o mais novo *turning-point* das relações entre chineses e norte-americanos. No entanto, o entendimento processual muito mais do que meramente factual da história permitiu aos autores visualizar aquele dia de repressão em termos de um expressivo paroxismo catalisador de tendências pré-anunciadas. O morticínio de Tiananmen em junho de 1989 não se constituiu em causa motriz isolada, mas em demonstração explícita da então nova fase de austeridade e recentralização política e econômica posta em ação pela China já no início daquele mesmo ano. A importância desse livro, entretanto, talvez resida em sua tentativa de demonstrar, mais do que uma análise histórica, o vínculo indissociável existente entre o cálculo estratégico e a percepção da realidade. Se assim não fosse, como explicar a mudança de postura crítica da imprensa, **pari passu** à da opinião pública e do Congresso norte-americano, se não em função da nova posição situacional da China no contexto mundial do pós-Guerra Fria?

O fim do conflito territorial e ideológico travado entre as duas superpotências significou igualmente o término da lógica estratégica americana calcada na triangularidade, o que, traduzindo mais especificamente para as relações sino-americanas, retirou o sentido da

função chinesa de “fiel da balança” do confronto bipolar. As propostas para uma nova agenda internacional nos fóruns multilaterais de negociação destacam incisivamente a emergência de um mundo pautado pelas discussões sobre serviços, propriedade intelectual, transferência tecnológica, blocos econômicos, direitos humanos, desarmamento e controle nuclear, preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, transição democrática e tantas outras que terminaram por tornar salientes as questões internas do regime chinês. Desse modo, o redimensionamento estratégico da China, que então passou a ser considerada uma potência de grandeza apenas regional, ocorreu concomitantemente à emergência da nova agenda internacional do pós-Guerra Fria.

O esvaziamento do conflito bipolar e a natureza da nova agenda possibilitaram a manifestação de uma nova coalizão norte-americana de detratores contra a China no âmbito do processo decisório, o que inviabilizou uma ação autônoma por parte do Departamento de Estado na condução da política externa. Esses grupos de pressão contrastam entre si por sua heterogeneidade, forjando sua unidade em torno da oposição à manutenção de relações amistosas com a China. Entre eles estão boa parcela dos estudantes chineses e de seus advogados, congressistas e ativistas de direitos humanos, forças pró-Formosa e anticomunistas. A própria imprensa americana desviou parte de suas denúncias do apartheid em direção aos abusos humanos cometidos pelo governo de Beijing. A administração Bush, contudo, relutou em aplicar represálias à China por considerar necessária sua cooperação no novo contexto de (des)ordem internacional. No entanto, o posicionamento renitente do Congresso em relação à defesa dos direitos humanos e de reformas democráticas na China, bem como a ampla cobertura jornalística do caso infligiram sérios constrangimentos à credibilidade da administração Bush junto à opinião pública, resultando no cumprimento de algumas sanções à revelia do Departamento de Estado. O *staff* deste, aliás, segundo julgam os autores, talvez ainda nem tivesse alterado significativamente seu quadro de referências conceituais e analíticas.

É importante alertar para o fato de que a repressão violenta do movimento democrático foi levada a cabo pelas elites chinesas com base na percepção de continuidade indefinida da lógica bipolar, sem ter levado em conta a nova fase de **détente** entre os Estados Unidos e a União Soviética (1987-89). Diante da crescente desimportância estratégica da China como corolário da **détente**, a administração Bush não mais podia ignorar o massacre com alegações evasivas a favor de uma imperiosa lógica triangular. O leitor, porém, deve estar ciente de que se o sistema internacional não tivesse conhecido o colapso do comunismo soviético, o massacre de Tiananmen talvez tivesse sido recepcionado por uma opinião pública e um Congresso americanos tão passivos e indiferentes quanto o foram à época da repressão do Muro da Democracia (1979-80).

A diminuição da importância estratégica chinesa não implica, ao contrário do que pensam alguns congressistas e grupos de pressão, o desengajamento americano da área. Embora a versão triangular da **détente** mútua tenha se tornado menos interessante para os Estados Unidos, a China certamente exercerá ao longo dos anos 90 um papel fundamental como potência regional no que diz respeito às questões que envolvem a península da Coreia, a Indonésia, Hong Kong, Taiwan e outras relativas à não proliferação de armas nucleares e à geopolítica soviética e japonesa para o Pacífico. O fim do contencioso ideológico eliminou o tom de “amizade” das relações sino-americanas para introduzir um pragmatismo afeito às questões de ordem comercial e econômica. Ainda que o déficit comercial americano de US\$ 10 bilhões (1990) mantido com a China represente apenas 3% do total de seu comércio, o Congresso americano tem se mostrado continuamente menos favorável à manutenção da

cláusula de nação mais favorecida para esse país. A consolidação do novo pragmatismo econômico da política exterior da Casa Branca certamente ocorreu com a posse dos democratas, uma vez que Bush ainda mantinha uma política externa militarmente engajada. A retórica humanitária de Clinton para o governo chinês parece não ter demonstrado a eficácia esperada, uma vez que grupos econômicos americanos continuam privados de novas oportunidades diante da recusa da China de avançar o programa de reformas políticas e econômicas proposto em 1987 pelo próprio Deng Xiaoping.

Os autores entendem como prejudiciais as sanções que foram impostas à China pelo Congresso americano, uma vez que tais medidas inutilmente isolaram o país durante dezoito meses sem que quaisquer progressos fossem visualizados. As represálias envolveram a suspensão da venda de armas, a proibição de visitas entre líderes militares dos dois países, o cancelamento de novos empréstimos e de novos programas de investimento, suspensão da cooperação nuclear pacífica, fim da transferência de tecnologia e da exportação de satélites e concessão de um prazo maior de permanência aos estudantes chineses em território americano receosos de voltarem para casa. Essas medidas foram encaradas com grande desconfiança pela cúpula do Partido, que entendeu como ingerências subversivas nos assuntos internos. A elite chinesa tem a nítida impressão de que existe um complô do Ocidente contra a dominação do Partido Comunista.

A preocupação com a estabilidade interna do país por parte da elite chinesa transformou-se em obsessão depois de junho de 1989. Com efeito, o programa de industrialização, modernização e abertura econômica lançada em 1987 terminou por gerar uma situação de instabilidade econômica no país com índices elevados de inflação. A partir de 1989, o governo impôs um rígido controle sobre os investimentos estrangeiros, condicionando-os às áreas “produtivas” definidas pelo programa, ou seja, à produção de bens de consumo. Restrições econômicas dessa espécie e o constante adiamento da liberalização política chinesa serviram como verdadeiros desincentivos ao ingresso de capital americano. No entanto, a centralização política e econômica sob uma ditadura militar é amplamente acreditada pelos integrantes da cúpula chinesa como a condição *sine qua nom* para um crescimento econômico acelerado, o que indica um alinhamento coerente com as experiências dos novos países industrializados da região. De maneira similar aos relatórios da Comissão Trilateral nas décadas de 60 e 70, a China coloca a estabilidade política como pressuposta do desenvolvimento econômico.

O rápido processo de modernização pelo qual a China atravessa aumentou o grau de industrialização e de urbanização do país, o que acarretou em aumento da classe média urbana e em incremento do nível de alfabetização e educação da população em geral. A aquisição de consciência política e a reivindicação das classes urbanas por maior participação terminaram por engendrar instabilidade política. No entanto, os octogenários do Partido consideram a situação como parte de uma estratégia americana de “evolução pacífica”, cujo objetivo seria a realização da transição da China de um país comunista de economia planificada para outro democrático de economia de mercado. Essa concepção maniqueísta de suas relações bilaterais com os Estados Unidos levou a China a revisar sua política de envio de estudantes para as universidades americanas. A extensão americana do prazo de permanência para os estudantes chineses, com validade de passaporte expirada, gerou enorme apreensão no Partido com um possível **brain drain**, já que à época do massacre o número de estudantes chineses no Ocidente totalizava 50.000. O paradoxo do governo de Beijing, contudo, residia no fato de que a volta de tal contingente de pessoas traria sérios riscos à estabilidade política nos anos vindouros. Os jovens intelectuais voltavam “contaminados”

com as ideias políticas, filosóficas e morais do Ocidente e logo se transformavam nos principais opositores do regime comunista, o que o Partido ainda hoje combate com um programa de “reeducação”. Há até mesmo uma lista classificadora dos estudantes regressos segundo seu grau de “periculosidade”. Em linhas gerais, a China cancelou viagens ao exterior para os cursos de graduação e mesmo para mestrado em certas áreas, pois o Partido entende ser antes necessário obter uma “sólida formação” para o estudante, antes de ele entrar em contato com concepções alienígenas. Contudo, ainda que imponha restrições à saída de seus cientistas para fora do país, a “contaminação intelectual” é o preço a ser pago se se deseja formar mão de obra especializada e tiver acesso a novas tecnologias.

Embora não possua uma política externa deliberada de “evolução pacífica”, aos Estados Unidos interessam promover maior abertura política e econômica da China, onde as chances de oportunidade a serem exploradas certamente seriam incomensuráveis. A preocupação de Bush com a política negativa sustentada pelo Congresso americano contra a China nasceu da percepção correta de que as relações entre os dois países não são estritamente necessárias para nenhum dos lados, ou em outras palavras, as represálias impostas à China em nome dos direitos humanos convinham do ponto de vista ético, mas não do ponto de vista econômico e, sobretudo, político. Durante os dezoito meses em que se viu “isolada”, a China realizou compra de armas e equipamentos bélicos junto à França, Itália, Rússia e recebeu investimentos japoneses e sul-coreanos. Os autores do livro, assim, procuram mostrar que “isolar” a China não significaria mais do que promover o próprio isolamento, haja vista a lição que os comunistas chineses aprenderam em 1960 com a debandada dos técnicos e consultores russos. Esse acontecimento provou para o Partido Comunista Chinês quão prejudicial se torna apoiar-se totalmente em único parceiro. A obra, como um todo, acaba por ver como altamente positiva a intensificação dos programas de cooperação sino-americanos, uma vez que o informe de líderes militares e o treinamento de estudantes chineses não apenas promoveriam maior intercâmbio comercial, como ainda difundiriam valores e esquemas de organização tipicamente americanos, o que ampliaria a capacidade americana de influenciar uma futura elite chinesa muito menos tradicional.

Mesmo que já se possa vislumbrar quais as forças sociais desintegradoras no interior do próprio regime comunista chinês, não se pode, por outro lado, superestimar seu poder de transformação porquanto elas continuam essencialmente urbanas. Se se atentar para o fato de que 70% da população da China ainda vive no campo (por volta de 900.000.000 de habitantes), constata-se que o grau de instabilidade provocado pelas classes urbanas encontra-se, por ora, dentro dos limites do “administrável” pelo Partido. No que diz respeito às relações bilaterais sino-americanas, esses novos agrupamentos sociais mobilizados pelo processo de modernização da sociedade chinesa constituem o alvo-chave dos relatórios sobre direitos humanos de inúmeras ONGs, cujos pareceres certamente serão utilizados pelos eficientes lobbies que se conjugam contra a China no Congresso norte-americano. Embora publicado pelo Departamento de Estado desde 1977, só depois de Tiananmen o **Human Rights Report** passa a ser um fator condicionante da política externa americana para a China.

Ainda que nada possa ser afirmado sobre a relevância de tais relatórios humanitários para a China, é certo que a cúpula do Partido procurará agir com moderação na condução dos problemas internos (até onde isso é possível em uma ditadura) para não incorrer em represálias que ocasionem a perda de tão expressivo superávit comercial com os Estados Unidos, país com o qual seu comércio cresceu 230% entre 1982-89. Dos americanos, por sua vez, espera-se o engajamento na política regional da Ásia por meio do estreitamento de suas

relações bilaterais com a China, ator cuja relevância estratégica modificou-se em função dos imperativos da nova agenda internacional do contexto pós-Guerra Fria.

Maurício Fernando Dias Fávero *

* Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.